

IHU

On-Line

Ano 4 - Nº 100 – 10 de maio de 2004

IHU

On-Line

Edição nº



Como salvar o planeta e a humanidade?

Decrescimento ou desenvolvimento sustentável?

INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS



UNISINOS

Editorial

Com este número, **IHU On-Line** completa cem edições e, ao longo desta semana, no espaço cultural do IHU, compartilharemos com os leitores e leitoras comemorações alusivas ao acontecimento. O tema de capa desta edição é *Como salvar o planeta e a humanidade? Decrescimento ou desenvolvimento sustentável?* Esse tema é abordado a partir do recente lançamento do relatório *O Estado do Mundo 2004*, do prestigiado *Worldwatch Institute*, cujas conclusões afirmam que consumismo desenfreado é a maior ameaça ao futuro da humanidade, em função do acelerado esgotamento dos recursos naturais do planeta, piorando a vida de todos, mas principalmente dos mais pobres. Para este debate **IHU On-Line** entrevistou o diretor de pesquisa do *Worldwatch Institute*, Gary Gardner, Serge Latouche, professor na Universidade de Paris-Sul e presidente da Associação Linha do Horizonte, e Marcel Bursztyn, coordenador do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), além de outros artigos que contribuem na reflexão. Nas variadas e divergentes opiniões de nossos entrevistados, todos apontam para uma realidade: vivemos um momento dramático que ameaça o presente e o futuro da humanidade.

Confira também a entrevista com Edgard de Assis Carvalho, professor e pesquisador na PUCSP, que apresentará, na próxima quinta-feira, dia 13 de maio de 2004, o **Ciclo de Estudos sobre “O método”, de Edgar Morin**, abordando o Seminário sobre O Método I: A natureza da natureza, e a entrevista com Carlos Schmidt Arturi, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas do Departamento de Ciências Sociais da UFRGS. Ele apresentará o tema *O declínio do regime autoritário e a redemocratização do Brasil* no próximo **IHU Idéias**, dia 13 de maio de 2004.

A edição de cada boletim é um grande mutirão. Muitas pessoas contribuem com seus talentos, suas críticas, sugestões, reações, intuições e, acima de tudo, com sua criatividade. A todas o nosso agradecimento. A elas dedicamos este número 100.

Uma ótima leitura e uma excelente semana!

O DESENVOLVIMENTO É INSUSTENTÁVEL

Entrevista com Serge Latouche

Defensor do decrescimento, o economista, sociólogo e antropólogo Serge Latouche, é um dos entrevistados da presente edição. S. Latouche é professor na Universidade de Paris-Sul e presidente da Associação Linha do Horizonte. É autor de **Les Dangers du marché planétaire** (Os perigos do mercado planetário). Paris: Editora Presses de Sciences, 1998; **La déraison de la raison économique**. Paris: Albin Michel, 2001; **La pensée créative contre l'économie de l'absurde**. Paris: Parangon, 2003; **Justice sans limites - Le défi de l'éthique dans une économie mondialisée** (Justiça sem limites. O desafio da ética numa economia globalizada), Paris: Fayard, 2003; e **La pensée créative contre l'économie de l'absurde** (O pensamento criativo contra a economia do absurdo), Paris: Parangon, 2003. Latouche publicou no Brasil **A Ocidentalização do Mundo**. Petrópolis: Vozes, 1994. O professor concedeu a seguinte entrevista ao **IHU On-Line** por e-mail.

IHU On-Line- Por que o senhor qualifica de “detestável terminologia” a expressão “desenvolvimento sustentável”? É possível a felicidade do planeta sem crescimento econômico?

Serge Latouche- O desenvolvimento é um conceito-armadilha. O conceito consegue realizar admiravelmente o trabalho de ilusão ideológica dos «cães de guarda» (Nizan) ou das «lavadeiras do império» (Brecht), que consiste em criar um consenso entre partes antagônicas graças a um obscurecimento do julgamento e à anestesia do senso crítico das vítimas, quando, na verdade, as expressões acumulação de capital, exploração da força de trabalho, imperialismo ocidental ou dominação planetária descrevem melhor o desenvolvimento e a globalização, e provocariam, genuinamente, um reflexo de rejeição por parte daqueles que estão do lado errado da luta de classes e da guerra econômica mundiais. A obra-prima desta arte da mistificação é, incontestavelmente, o “desenvolvimento sustentável”. E, precisamente, por esta razão, que o desenvolvimento é um conceito perverso. Pode-se, portanto, dizer que, ao juntar ao conceito de desenvolvimento o adjetivo sustentável, consegue-se confundir ainda mais as coisas. É mais do que duvidoso que isso seja suficiente para se resolver os problemas. É por isso que, no final das contas, o desenvolvimento sustentável é aterrorizante e desesperador. Ao menos, com o desenvolvimento *insustentável*, poder-se-ia manter uma esperança de que esse processo perverso chegasse, um dia, a seu fim. Ele, um dia, acabaria vítima de suas próprias contradições, de seus fracassos, de seu caráter insuportável e, em decorrência, do esgotamento dos recursos naturais... Poder-se-ia, nesse caso, vir a refletir e trabalhar na direção de um pós-desenvolvimento menos desesperador e juntar os pedaços de uma pós-modernidade aceitável. Sobretudo, reintroduzir o social e o político nas relações de troca econômica, reencontrar o objetivo do bem comum e de uma vida melhor no comércio social. O desenvolvimento sustentável tira de nós toda e qualquer perspectiva de saída, ele nos promete desenvolvimento por toda a eternidade. Felizmente, o desenvolvimento não é nem sustentável, nem durável!

IHU On-Line- Em que consiste o reformismo radical que o senhor defende, e de que maneira ele pretende mudar até as bases da civilização ocidental?

Serge Latouche- É preciso descolonizar nosso imaginário. Em especial, desistir do imaginário econômico, quer dizer, da crença de que mais equivale a melhor. O bem e a felicidade podem ser atingidos com menor despesa. Redescobrir que a verdadeira riqueza consiste no pleno desenvolvimento¹ das relações sociais de convívio², em um mundo são, e que esse objetivo pode ser alcançado com serenidade, na frugalidade, na sobriedade, até mesmo em uma certa austeridade no consumo material, ou seja, aquilo que alguns preconizaram sob o *slogan* gandhiano ou tolstoísta de “simplicidade voluntária”. Deve-se tomar cuidado para não se confundir essas «restrições»: se a ascese é desejável, não se trata de preconizá-la e ainda menos de impô-la. De qualquer maneira, não se pode evitar a questão levantada por Majid

¹O autor não utiliza a palavra *développement*, associada ao desenvolvimento sustentável, e sim o mais poético *épanouissement*. Ambas são traduzidas para o português como “desenvolvimento”, mas, enquanto a primeira sugere um desenvolvimento interminável (sempre algo a melhorar), a segunda sugere apenas o desenvolvimento do potencial de cada indivíduo, ou relação (que se interrompe ao atingir um nível ideal ou total). (Nota do tradutor)

² Serge Latouche aqui retoma o importante conceito trabalhado por Ivan Illich, especialmente no importante livro *A convivencialidade*; Lisboa: Publicações Europa - América, 1976. 137p. Original inglês: *Tools for Conviviality*, 1973. Sobre Ivan Illich conferir o *IHU On-Line* n.º 46, de 9 de dezembro de 2002. (Nota do IHU On-Line)

Rahnema³: "Em que medida cada um de nós está pronto a resistir, em sua vida cotidiana, à colonização das necessidades fabricadas socialmente?". Para conceber a sociedade de decrescimento sereno e realizá-la, é necessário, literalmente, sair da economia. Isso significa voltar a questionar a dominação da economia sobre o resto da vida, em teoria e em prática, mas sobretudo em nossas cabeças. A crítica radical exige soluções não menos radicais, e não porque a audácia das propostas as torna dificilmente realizáveis que elas não sejam necessárias nem que seja preciso desistir de fazer o que quer que seja para tomar as medidas concretas que elas implicam. Essas propostas, no entanto, não constituem um modelo-fórmula, pronto a ser aplicado, comparável às alentadas "estratégias de desenvolvimento". O pós-desenvolvimento, de fato, é necessariamente plural. Trata-se da pesquisa por modos de desenvolvimento [*épanouissement*] coletivo, nos quais não seria mais privilegiado um bem-estar material, destrutivo do meio ambiente e das ligações sociais.

O decrescimento é um *slogan* cômodo para resumir a necessidade de se questionar o crescimento. É claro que toda proposta concreta ou contra-proposta é, ao mesmo tempo, necessária e problemática. O decrescimento *per se* não é realmente uma alternativa concreta, é, antes de mais nada, uma matriz que autoriza uma série de alternativas. Trata-se, portanto, de uma proposta necessária para reabrir o espaço da inventividade e da criatividade do imaginário, bloqueado este pelo totalitarismo economicista, desenvolvimentista e progressista.

IHU On-Line- Na edição 98ª de IHU On-Line, publicada no dia 26/4, abordamos o tema do trabalho e o crescimento do desemprego no Brasil, neste ano e meio do governo Lula. A maioria dos entrevistados assinalou como primeira urgência o crescimento econômico, além de outros fatores. Que diria o senhor à sociedade brasileira com todas as potencialidades naturais que tem e, entretanto, é uma das sociedades mais desiguais do mundo?

Serge Latouche- Não se trata de fazer com que o sistema funcione, tal qual ele é hoje. Isso nos condenaria, na melhor das hipóteses, a buscar um social-liberalismo à la Blair, Schroeder, ou, no passado, Jospin ou D'Alema, e, hoje, Lula. A longo prazo, a solução proposta é a transformação da sociedade e das formas da riqueza (reavaliação, reestruturação e, em especial, reconversão). É claro que o crescimento é uma necessidade *política* para resolver o problema em uma sociedade de crescimento, mesmo se nós sabemos que o xis do problema social reside na distribuição, e não na produção. É mais fácil, de fato, redistribuir as migalhas do bolo, se o tamanho do bolo aumenta. Mas não seria necessário perguntar-se, antes de mais nada, se o bolo, em si, não está envenenado? Neste caso, é extremamente aconselhável diminuir a porção. Seja como for, nós não pretendemos impedir que uma sociedade, resolutamente decidida a se suicidar, o faça. Nós apenas esperamos que ela o faça sabendo o que está fazendo. A construção de uma sociedade de decrescimento é uma proposta. Não se trata aqui de impô-la a uma população que, em sua esmagadora maioria, não a deseja...

³ Majid Rahnema, diplomata e ex-ministro, representou o Irã nas Nações Unidas. Ele foi membro do Conselho executivo da Unesco e representante-residente das Nações Unidas no Mali. Ele é professor na Universidade de Claremont na Califórnia, EUA. Ele é autor dos livros *Quand la misère chasse la pauvreté* Paris: Fayard/Actes Sud, 2003 e *The Post-Development Reader*, Nova York:Zeds Books. Ivan Illich descreveu a M. Rahmena assim: "Ele deixou um posto importante nas Nações Unidas para se dedicar à uma exigência: redefinir os grandes objetivos do desenvolvimento antes de repensar os meios institucionais ou técnicos". (Nota do IHU).

IHU On-Line- Qual pode ser o papel das sociedades do chamado “terceiro mundo”, maioria em população e, ao mesmo tempo, minoria em responsabilidade pela produção de gases de efeito estufa, minoria no consumo, etc. Podem estas sociedades fazer algo para construir uma sociedade alternativa, mas igualitária?

Serge Latouche- Para o Sul, o decrescimento tem sentido somente, na medida em que os países envolvidos tenham ingressado nas sociedades de crescimento, a fim de evitar afundar-se ainda mais em um impasse. Tratar-se-ia, para eles, de “desdesenvolver-se”, ou seja, de eliminar, em seu caminho, os obstáculos para se desenvolver [*épanouir*] de outras maneiras. Pode-se imaginar círculos “virtuosos” deste “decrescimento” no Sul, que poderiam se organizar com outros erres, diferentes daqueles mencionados acima para o Norte, como reatar, reencontrar, reintroduzir, recuperar, etc. Romper, com o fio da história interrompida pela colonização, o desenvolvimento e a globalização. Reencontrar uma identidade cultural própria. Reintroduzir os produtos específicos, esquecidos ou abandonados, e os valores “antieconômicos”. Recuperar as técnicas e saberes tradicionais.

IHU On-Line - Como a produção do saber pode ajudar uma sociedade mais fraterna e justa? Qual seria o papel das universidades diante de todos os desafios que a sobrevivência humana apresenta na sociedade contemporânea?

Serge Latouche- O saber e a reflexão podem ajudar na tomada de consciência e na construção de alternativas. No entanto, esse saber não será produzido dentro e através das instituições *per se*, que são aparelhos ideológicos de manipulação e de normalização do pensamento, mas antes através da crítica de cidadãos engajados.

IHU On-Line- Em que se basearia uma sociedade que não se baseie no desenvolvimento? Qual seria o primeiro passo para essa sociedade? Quais seriam os principais inimigos desse projeto de sociedade?

Serge Latouche- Uma política de decrescimento poderia consistir, antes de mais nada, na redução, ou até mesmo, na supressão de externalidades negativas do crescimento. Estas vão desde despesas com publicidade até medicamentos contra o estresse. O questionamento do considerável volume de deslocamentos de pessoas e mercadorias sobre o planeta, com o correspondente impacto negativo sobre o meio ambiente (e, portanto, uma “re-regionalização” da economia), da não menos considerável publicidade barulhenta e freqüentemente nefasta e por fim da obsolescência acelerada dos produtos e aparelhos descartáveis sem outra justificativa a não ser a de fazer com que a megamáquina infernal ande cada vez mais rápido, são reservas importantes de *decrescimento* no consumo material. Sem falar nos enormes orçamentos militares... Para pensar a transição, podemos imaginar, além disso, um programa completo, por exemplo: 1) Voltar aos anos 1960-1970 com uma marca ecológica igual ou inferior a um planeta; 2) re-regionalizar as atividades; 3) adotar o planejamento de um retorno à agricultura camponesa; 4) implodir a «produção» de bens relacionais; etc.

IHU On-Line- Essa transição não pode resultar um tanto irrealizável, algo assim como conversa de ambientalistas, com certa dificuldade de mostrar à população caminhos concretos que realmente melhorem a qualidade de vida?

Serge Latouche- Alguns dirão que se trata de um programa vasto e utópico. Essa transição é possível sem revolução violenta, ou, mais exatamente, a revolução mental necessária pode ser realizada sem violência social? Como passar da sociedade atual, de crescimento/desenvolvimento, a uma sociedade de decrescimento? Essa passagem pode ser serena, convivial e sustentável? Impossível responder. Nosso sistema se baseia na produção

de valores de troca através do mercado generalizado, que engendra lucros para os capitalistas, exploração para os trabalhadores do Norte e do Sul, e destruição da natureza. A limitação drástica dos ataques ao meio-ambiente e, portanto, da produção de valores de troca incorporados no sustento material físico, não implica, necessariamente, em uma limitação da produção de valores de uso através de produtos imateriais. Estes, ao menos em parte, podem conservar uma forma comercial. No entanto, se o mercado e o lucro podem persistir como incitadores, eles não podem mais ser os fundamentos do sistema. Isso implica, portanto, em uma verdadeira subversão do poder dominante atual das empresas multinacionais. Pode-se, claro, conceber medidas progressivas por etapas, mas é impossível dizer se elas serão aceitas passivamente pelos “privilegiados” que seriam suas vítimas, nem desejadas pelas atuais vítimas do sistema, que estão, mentalmente ou fisicamente, *drogadas* pelo mesmo. A *desmercadorização* necessária do trabalho, da terra e da cultura não seria nociva à existência de mercados, mas nos distanciaria do espectro de uma sociedade de Mercado⁴. Tudo isso, combinado ao incentivo a formas alternativas de organização coletiva, contribuiria para a reinserção do econômico no social. Esta marcha em direção a uma sociedade de *decrecimento* deveria ser organizada não apenas para preservar o meio ambiente, mas também e, talvez, antes de mais nada, para restaurar um mínimo de justiça social, sem a qual o planeta está condenado à explosão.

PRECISAMOS DE UMA ÉTICA DA SUFICIÊNCIA

Entrevista com Gary Gardner

*Entrevistamos, por telefone, o diretor de pesquisas do Worldwatch Institute, Gary Gardner, especialista na relação entre religião e meio ambiente. O Worldwatch Institute é uma ONG americana localizada em Washington DC, de onde Gary Gardner concedeu a entrevista em espanhol. Essa ONG produz, todos os anos, um relatório sobre a degradação ambiental no globo terrestre, conhecido como **Relatório Anual Estado Mundo**. Esse relatório é considerado a “bíblia” do movimento ambientalista, traduzido em mais de trinta línguas, inclusive o português. O livro com o relatório de 2004 ainda não foi traduzido para português. Antes de ingressar no Worldwatch Institute, em 1994, Gary Gardner era gerente de pesquisa do projeto soviético “Nonproliferation” e do programa de treinamento do Instituto Monterey de Estudos Internacionais, na Califórnia. Lá escreveu **Nuclear Nonproliferation: A primer** (Não proliferação nuclear: um manual). Boulder: L. Rienner Publishers, 1994), também publicado em espanhol e em russo. Desenvolveu pesquisas em treinamento para o Banco Mundial e para o Instituto Millennium, em Arlington, Virginia, EUA. Gary Gardner é mestre em política pela Universidade de Brandeis, e em Administração Pública pelo Instituto Monterey de Estudos Internacionais.*

IHU On-Line- Como o senhor vê o debate entre desenvolvimento sustentável e decrecimento?

Gary Gardner- Devemos distinguir entre o crescimento de produtos e da economia geral. Podemos ter um crescimento na economia, sem ter, necessariamente, um crescimento na produção de coisas. Um desafio que temos agora em muitas economias é: como podemos dar às sociedades o que necessitam sem aumentar o uso de matérias-primas, de energias. Isso necessita um novo estilo, um novo desenho da economia. Por exemplo, na Europa e nos EUA,

⁴ Sobre essa distinção/oposição entre Mercado (uma abstração da teoria econômica) e mercados (que se dão concretamente nas praças urbanas, lugares de encontro), fazemos referência ao último capítulo de nosso livro *Justice sans limites* [Justiça sem limites]. (Nota do entrevistado)

estamos começando a praticar o que chamamos de *CarShare*. Trata-se de compartilhar carros: nem todos necessitamos de um carro, menos ainda de dois carros, podemos utilizar um serviço de carros. Há carros estacionados na cidade, disponíveis para quem quiser utilizá-los, e se cobra por quilômetro rodado e por hora, e as pessoas que participam não precisam pagar seguros, manutenção nem sequer gasolina. É um exemplo de como atender às necessidades da sociedade de transporte sem que todo o mundo possua um carro. Temos que expandir este exemplo para toda a economia.

IHU On-Line- O aumento de veículos de transporte foi uma constatação do relatório sobre o estado do mundo. Que consequências traz esse aumento?

Gary Gardner- O número de carros está aumentando muitíssimo especialmente nos países em via de desenvolvimento. O livro *Estado do Mundo 2004* focaliza a sociedade de consumo, que é mais um problema da América do Norte e da Europa, mas vai se expandindo nos países em via de desenvolvimento, por exemplo na China. Somos nós, os países do norte, que temos que mudar nossos padrões de consumo. Mas, acho que todos juntos devemos pensar em outro padrão de consumo, como o exemplo dos carros que serviria para a China também.

IHU On-Line- Consumismo desenfreado é a maior ameaça atual da humanidade. Quais seriam as características mais nocivas desse estilo de vida?

Gary Gardner- O consumo está crescendo até nos países mais ricos. Parece que não estamos satisfeitos com o que temos. Cada ano queremos consumir mais, e isso tem um custo muito alto para o meio ambiente. Até a vida pessoal vai sendo sacrificada pelo consumo. O produto bruto mundial aumentou em mais de 150% desde 1970, enquanto o índice do Planeta Vida⁵, que registra a saúde ecológica do planeta, decresceu 35% no mesmo período. Assim, a economia cresce, e a saúde do planeta decresce. Muitos problemas da ecologia estão vinculados ao consumo. Também temos, aqui nos EUA, um grande problema social com o consumo. Sessenta e cinco por cento dos adultos são obesos, além disso, grande parte da sociedade está endividada por levar uma vida de grande consumo, 70% das pessoas não pagam as dívidas de seu cartão de crédito. Essa dívida é, na média, de 11 mil dólares. Torna-se uma grande pressão para as famílias manter a vida de consumo. Também há um problema de tempo, para manter esse estilo de vida, já que as pessoas têm dois trabalhos para poder gastar à altura do consumo desenfreado, significando menos tempo dedicado à família e aos amigos. Não temos a qualidade de vida que queremos. Hoje em dia, tenho certeza de que há muitas pessoas nos EUA dispostas a trocar o aumento de seu salário por mais tempo livre.

IHU On-Line- Conforme o livro Estado do Mundo 2004, a sociedade americana, constituída por menos de 5% do planeta, gasta 25% do carvão, 26% do petróleo, 27% do gás natural... Está havendo uma consciência das consequências desse superconsumo e da urgência de mudar os padrões de vida?

Gary Gardner- Devo dizer que não. Essa consciência não existe. Por isso enfatizamos, no relatório, o custo pessoal, para tentar despertar ou provocar essa consciência. Desafortunadamente, muitas pessoas são indiferentes diante do dano que estamos fazendo ao planeta, tirando oportunidades a outros países de acesso a esses recursos. Infelizmente, não

⁵ O PLANETA VIDA é uma organização não governamental que tem a missão de levar a todas as pessoas uma conscientização dos vários problemas que surgiram em consequência da organização atual de nossa civilização. (Nota do IHU On-Line)

são essas as coisas que motivam o nosso povo, por isso temos destacado o custo pessoal do consumo, para que as pessoas possam ser um pouco mais críticas e motivadas a mudar seus padrões de vida.

IHU On-Line- Quais as coisas que mais o surpreenderam no livro *Estado do Mundo 2004*?

Gary Gardner- Que nos Estados Unidos uma casa nova hoje é 38% maior que uma casa nova em 1975. Que este país, que tem um padrão de vida muito alto, há muito tempo, ainda não está satisfeito. Sempre queremos mais, isso chega a ser assustador. Mas também a taxa de crescimento do consumo em países em vias de desenvolvimento me surpreendeu. Não podemos criticar esse desenvolvimento, porque as pessoas desses países querem ter mais oportunidades, maior conforto nas suas vidas, ninguém pode condenar isso.

IHU On-Line- Como mudar o imaginário de felicidade, de necessidades básicas, separando-o do consumismo?

Gary Gardner- Essa é a pergunta mais importante a se fazer. Devemos pensar profundamente no que quer dizer desenvolvimento. Sempre falamos em desenvolvimento como aumento do poder aquisitivo. Seguramente nos países mais pobres se necessite esse crescimento, mas nos países mais ricos, não necessitamos, pois já o temos. Precisamos, sim, de uma ética de suficiência para apreciar o que temos e valorizar as coisas que realmente queremos. Por exemplo, queremos relações mais fortes com os vizinhos e familiares, queremos mais tempo: essas são as coisas de que mais necessitamos e que a sociedade de consumo não vai nos dar. Precisamos de uma mudança nos valores frente ao consumo. Nesse sentido, acho que as religiões podem ajudar bastante. Durante muitos séculos, as religiões nos ensinaram que o materialismo pode nos corromper, pode ser algo mau para o espírito e necessitamos esses ensinamentos mais do que nunca agora, embora as religiões estejam meio silenciadas em relação a essa pregação. Muitos desses grupos têm um interesse em apoiar o *status quo* e, muitas vezes, se servem da sociedade de consumo. É um problema complexo e, no fundo, é cultural.

IHU On-Line- Acha que o cristianismo deveria dar uma maior contribuição na busca de caminhos alternativos ao consumismo?

Gary Gardner- O materialismo está atacando os valores que são centrais a muitas religiões, sobretudo ao cristianismo que destaca o valor de cuidar o próximo, o valor de pagar um salário justo a um empregado. Esses valores são atacados em sua raiz pela sociedade de consumo. Eu acho que o cristianismo teria muito interesse em pensar de novo sua postura frente ao consumo, já que isso faz parte de suas raízes, de seus ensinamentos básicos.

IHU On-Line- Por que o discurso sobre desenvolvimento sustentável está mais presente nas campanhas eleitorais que nas práticas dos governos eleitos, sejam eles de esquerda ou de direita?

Gary Gardner- Acho que nós, os que defendemos o desenvolvimento sustentável, não soubemos vender a idéia em termos positivos. Ao falar em desenvolvimento sustentável, muitas vezes, estamos dizendo que não podemos ter tal coisa, fazer tal outra, uma mensagem negativa que não atrai muita gente. Teríamos que saber comunicar uma visão de um mundo mais justo no qual possamos atender às necessidades de todos e cuidar a terra em que vivemos. Devemos fazê-lo em termos específicos, concretos e positivos. Isso não aprendemos a fazer até o momento. Assim, quando os políticos estão no governo, enfrentam muitas

pressões e não sabem como integrar positivamente, ou seja, implementar o desenvolvimento sustentável.

IHU On-Line- Como vê o Brasil, um país tão rico em biodiversidade e tão desigual na sua sociedade?

Gary Gardner- Quando falamos da classe de consumo no relatório, vemos que, no Brasil, 33% da população são membros dessa classe de consumo. Há no País bastante prosperidade e, ao mesmo tempo, grande pobreza e desigualdade. Também há muitos exemplos brasileiros positivos que nos inspiram em nosso trabalho. Sempre olhamos a cidade de Curitiba que tem um modelo de desenvolvimento diferente do utilizado nos Estados Unidos e na Europa. Por exemplo, em relação ao transporte, os ônibus têm a mesma eficácia que o metrô subterrâneo, com um custo bem menor... Os curitibanos utilizaram a imaginação e responderam à necessidade do povo, dessa forma alcançaram esse modelo. Há muitos outros exemplos, não só no Brasil, mas também em outros países da América do Sul, mostrando-nos que há outras formas de desenvolvimento, que o desenvolvimento não passa sempre por muito investimento de capital, aumentando o PIB como é o enfoque dos políticos. Há outras coisas que podemos enfatizar.

IHU On-Line- Tendo em vista o futuro, em que aspectos podemos ser otimistas e em que aspectos devemos ser pessimistas?

Gary Gardner- Eu sempre digo que sou otimista. Mas depois de terminar o livro *Estado do mundo* e entender melhor as dificuldades que precisaremos enfrentar para chegar a um mundo sustentável, fiquei um pouco pessimista. O consumo é algo tão profundamente arraigado em nós que é muito difícil mudá-lo, por mais que tenhamos bons exemplos na Europa de como se pode mudar a infra-estrutura do consumo. Os europeus têm um imposto sobre a energia como incentivo para utilizá-la menos, também baixaram os impostos na segurança social para incentivar a abertura de novos postos de trabalho. É uma idéia muito inteligente para mudar os incentivos do consumo. Há muita coisa que está se fazendo. Nesse sentido, sou muito otimista. Mas, no fundo, devemos também mudar a ética do consumo, mudar a infra-estrutura não é suficiente. Precisamos, especialmente os americanos, uma nova ética do consumo, e isso vai ser muito mais difícil. Ter a disciplina de limitar nosso consumo, a disciplina de dizer “Não necessito mais do que já tenho. Chega, é suficiente”. Desse modo, vejo a urgência da colaboração das religiões e de outras instituições que nos ajudam a formar os valores da sociedade. Sem essa mudança na ética de consumo, sou muito pessimista.

REDEFINIR AS NECESSIDADES BÁSICAS

Entrevista com Marcel Bursztyn

*O coordenador do PPG do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (UnB), Marcel Bursztyn, concedeu-nos uma entrevista por telefone na última semana. Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é mestre em Planejamento Urbano e Regional também pela UFRJ. Fez doutorado em Economia na Université de Picardie, em Paris, na França, e doutorado em Desenvolvimento Econômico e Social na Université de Paris I (Pantheon-Sorbonne), em Paris. Pós-doutorou-se pela Université de Paris XIII, em Villetaneuse, em Paris, e na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales (EHESS), em Paris. Entre seus livros publicados citamos **O País das Alianças: Elites e Continuísmo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990; **Da Utopia à Exclusão: Vivendo nas ruas em Brasília**. Rio de Janeiro/ Brasília: Garamond/ Codeplan, 1997; **Cristovam Buarque: O Semeador de Utopias**.*

Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998. Também é organizador de diversas obras, entre elas, **Para pensar o Desenvolvimento Sustentável**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

IHU On-Line- Como vê as diferenças entre desenvolvimento sustentável e o decrescimento?

Marcel Bursztyn - O debate parte de teses surgidas no final dos anos de 1960. Ali começou a expressão em um ambiente universitário, de um conjunto de estudos que levantou alguns alarmes em relação ao que se chamava bomba demográfica, a poluição da indústria, os limites dos recursos naturais, etc. Foi um contexto que gerou vários trabalhos de biologia, clima que antecedeu a contratação de cientistas apresentada ao Clube de Roma ⁶, que propôs, ao final, limites ao crescimento. Na ausência de um modelo de organização econômica que seja mais consistente com os limites da natureza em termos de oferta de recursos naturais e de energia, a proposta é congelar o crescimento da economia. Essa é uma proposta absolutamente inapropriada aos países que não se desenvolveram. Se nós formos congelar, quem é rico fica rico, quem é pobre, fica pobre. A partir desse debate começou toda uma efervescência no meio universitário e isso inclusive se traduz em políticas públicas sobre como promover desenvolvimento sem que se repitam as mesmas mazelas que o desenvolvimento econômico gerou nos países hoje desenvolvidos. Isso antes de surgir o conceito de desenvolvimento sustentável, que só vem na década seguinte. Quando surge o conceito de desenvolvimento sustentável, a idéia se equaciona em termos conceituais, embora a prática não esteja imediatamente resolvida. O que sai desse debate hoje é como promover melhores condições de vida a populações que vivem em condições desfavoráveis, sem repetir o mesmo modelo de crescimento econômico que foi praticado nos países que atingiram condições de vida muito elevadas, mas também a um custo muito elevado. Isso dentro dos desafios dos países mais pobres. Quando alguém propõe que, na ausência de um modelo menos degradador, não se faça nada ou que se retroaja, na verdade é o mínimo que se pode identificar como uma proposta retrógrada, reacionária. O que se propõe, e esse é um modelo com que nós concordamos, é que se estenda, se radicalize a idéia de solidariedade, em relação ao próximo no presente, ou seja, estender condições mínimas satisfatórias a toda a população do universo e iguais ou melhores ainda, às próximas gerações para satisfazer as suas necessidades básicas. O contraponto do mau desenvolvimento não é um não desenvolvimento, mas o bom desenvolvimento. É a nossa proposta.

IHU On-Line – Essa idéia de solidariedade radical como pode ser aplicada, levando-se em conta as diferenças nas demandas das diferentes sociedades?

Marcel Bursztyn –O que nós chamaríamos minimamente de solidariedade em termos de distribuição de oportunidades no presente, está muito mais bem resolvido nos países desenvolvidos do que nos países menos desenvolvidos. A agenda dos países menos desenvolvidos se coloca, primeiramente, em termos que resolver essa questão do presente. Segundo, ao fazermos isso em relação ao presente, não podemos cometer os mesmos erros daqueles países: erros que comprometeram o planeta, e não a sociedade deles. Eles comprometeram o planeta a tal ponto de estarem preocupados hoje com o risco de que nós façamos a mesma coisa que eles fizeram. Uma das características do conceito de

⁶ O Clube de Roma é uma organização não-governamental, que, no final da década de 1960 contratou uma equipe de cientistas que elaborou uma projeção assentada sobre as tendências então imperantes; o resultado foi uma inequívoca previsão de catástrofe para as primeiras décadas do Século XXI. (Nota do IHU On-Line).

desenvolvimento sustentável, na minha leitura, é que todos os povos têm direito ao desenvolvimento.

***IHU On-Line* – Esse conceito modificaria as concepções da política tradicional?**

Marcel Bursztyn – As políticas tradicionais que nós conhecemos de promoção ao desenvolvimento, são políticas que vêm importadas diretamente da razão econômica. Pela razão econômica não existe uma visão muito estruturada do longo prazo. Keynes, um dos economistas mais consagrados, dizia até de uma forma irônica, que “no longo prazo todos estaremos mortos”. Na verdade, no longo prazo, se eventualmente nós estejamos mortos, os nossos filhos não estarão, ou não deverão estar, nem nossos netos. Portanto, há que se preocupar com o prazo, com a durabilidade. Em francês, a tradução do conceito de desenvolvimento sustentável é desenvolvimento durável. Ele tem que ser possível de ser continuado num longuíssimo prazo e entendendo o desenvolvimento muito mais do que tão somente um bom andamento dos negócios econômicos. São condições de vida. Nós aprendemos a perpetuar um modelo que consome intensivamente energia e matérias primas, a partir, sobretudo, da segunda Guerra Mundial, quando se acelerou muito o crescimento da indústria, nós vamos radicalizar esse modelo, o planeta não tem condições, não tem energia, nem matérias-primas para tudo. Então temos que modificar os padrões de produção, de consumo e tecnológicos e até mesmo a durabilidade e desejabilidade dos produtos, a consciência com que a sociedade vai buscar satisfazer as suas necessidades básicas e até mesmo a identificação do que vêm a ser necessidades básicas. Por exemplo, um cidadão norte-americano comum identifica como necessário para si muito mais ingredientes do que um cidadão comum num país longínquo na Ásia ou na África. O que é de fato necessário, básico, que todos os povos tenham acesso, e o que é supérfluo, e como nós vamos inibir consumos supérfluos que são provocadores de algum tipo de degradação ou de esgotamento de recursos da natureza. Isso é um desafio para políticas públicas em matéria de desenvolvimento sustentável. Os economistas não haviam se preocupado com isso até muito recentemente, até perceberem que, se não se preocuparem com isso, a própria lógica de bom andamento dos negócios, ou seja, a própria lógica da economia, se vê prejudicada. O impacto é econômico, não só ecológico.

***IHU On-Line* – O senhor, como um cientista e com todo um histórico de ligação à CNPq, à Capes, e à UNB, como vê o papel da universidade na construção e implementação da idéia de solidariedade radical?**

Marcel Bursztyn – A primeira consideração é que a universidade hoje está em crise por várias razões, mas uma das características que dá conteúdo a essa crise é o fato de que ela se afastou da realidade. E ela se afastou da realidade em grande medida pelo fato de que, ao longo do século XX, principalmente em sua segunda metade, ela enveredou pelo caminho da especialização, do aumento do foco em questões muito particulares, mas perdendo a visão do contexto, a visão do todo. As ciências se disciplinaram ao extremo e se distanciaram. Cada campo da ciência se afastou dos outros campos da ciência. Nós podemos ter paradoxos como uma unidade universitária, um departamento acadêmico, produzindo uma tecnologia moderníssima, muito avançada, mas essa tecnologia pode estar provocando problemas que podem vir a ser objeto de estudo do outro departamento na mesma universidade. É possível que haja, por exemplo, um departamento de Química que avança no conhecimento no sentido de descobrir uma determinada substância, e essa substância pode ser nociva ao meio ambiente. Nós vamos precisar do departamento de ecologia para descobrir uma forma de corrigir esse problema. Nós temos um departamento de Agronomia, que vai produzir uma

tecnologia de melhorar o ritmo de produção numa fazenda, mas é possível que a generalização desse modelo na totalidade de um território mais amplo, provoque perda de biodiversidade, o que é um risco enorme em termos de meio ambiente. É preciso aprender a ter uma visão de conjunto da vida, do mundo, do planeta.

***IHU On-Line* – Isso vale para universidade no geral ou está pensando especificamente do Brasil?**

Marcel Bursztyn – Isso é geral. No Brasil, há um agravante por algumas circunstâncias particulares. Primeiro, a forma como a universidade criou em torno de si mecanismos de autoproteção diante das adversidades. Os departamentos se fecharam mais ainda e mais do que isso, passam até a provocar uma certa rivalidade entre si na busca de conseguirem mais recursos relativamente às outras unidades da universidade. Como não há recurso para todas as unidades, quem se destaca mais numa listagem de indicadores, vai conseguir mais recursos. Aí começa a gerar um certo desequilíbrio. Em segundo lugar, a universidade, por falta de fundos públicos, começa cada vez mais a se adaptar a uma lógica de mercado. Quem financia a atividade de pesquisa, por exemplo? Normalmente existem algumas atividades que são de interesse de certos agentes econômicos, mas existem outras atividades que não são do interesse imediato de nenhum agente econômico, embora sejam importantes. Alguns ramos tecnológicos podem ter mais possibilidades de captar recursos de financiamento na iniciativa privada, mas alguns outros ramos sociais eventualmente não. Os ramos que integram, que venham a eclodir na universidade, que sejam integrativos, interdisciplinares, saem perdendo nessa tendência de crise.

***IHU On-Line* – O senhor vê algum destaque no governo atual na busca de uma sociedade alternativa, sustentável?**

Marcel Bursztyn – Ainda está muito cedo para afirmar que tenha havido resultados. No que se vê ao nível do discurso e da expressão de intenções, não há dúvida. Entre expressão de intenções e ter resultados efetivos vai uma longa distância. Não vejo, até o presente momento, que o Brasil tenha passado por um processo muito notável de inflexão, de redirecionamento dos seus rumos nos últimos meses. Os rumos de uma sociedade são comparados a um grande transatlântico no meio do oceano. Não se manobra um transatlântico como se manobra um carro de Fórmula-1, uma guinada e muda o rumo. A manobra de um transatlântico é muito lenta. Mesmo que nós tomemos a decisão hoje “vamos virar mais para a direita ou mais para a esquerda”, isso só vai parecer depois de muito tempo. Hoje ainda não dá para perceber que haja essa mudança.

***IHU On-Line* – Quais são os recursos naturais que atualmente dão mais sinais de fadiga aqui no Brasil? E quais deveriam ser mais explorados em termos ambientais?**

Marcel Bursztyn – O principal problema ambiental brasileiro, embora apareça nas agendas internacionais o Brasil com uma visibilidade grande no que diz respeito ao uso ou ao mau uso das suas florestas, da biodiversidade, o principal problema brasileiro na minha interpretação é um problema urbano. As populações urbanas, o que eu chamo de ambiente urbano, a degradação das condições de vida de um crescente contingente de população que, no Brasil, já chega a pouco mais de 80%, vivendo em aglomerações, seja em pequenas cidades, seja em grandes metrópoles, em que as condições de vida vão se degradando cada vez mais. O principal problema, em termos de meio ambiente, é a falta de condições sanitárias, a falta de saneamento ambiental, entendendo por saneamento ambiental urbano: água, esgoto, águas fluviais nas cidades e coleta e tratamento adequado do lixo. Enquanto nós não resolvermos

esses problemas de forma universalizada em nosso país, não podemos dizer que resolvemos minimamente as condições de habitação das populações urbanas. E veja que 4/5 dos brasileiros estão nessas condições. Além disso, nós temos pouca efetividade nas políticas de controle da poluição industrial e somos um país com uma vocação agrária muito forte, com o avanço das fronteiras e expansão de habilidades agropastoris que, embora possam gerar lucratividade no curto prazo, não há nenhuma garantia da durabilidade em termos de desenvolvimento sustentável, vamos perdendo ambiente enquanto achamos que estamos ganhando renda na exportação de produtos agropecuários.

IHU On-Line - Como o senhor acha que se podem reverter esses problemas?

Marcel Bursztyn – São problemas muito complexos. Se tivesse que resumir numa frase só eu diria que o Brasil não tem projeto nacional. Que rumo afinal o Brasil quer tomar? Em relação à distribuição geográfica da população: nós queremos muita ou pouca gente na Amazônia? Queremos na cidade quase toda a população do Brasil ou queremos distribuir a população no campo: onde? Que regiões achamos que podem ser produtivas? Que regiões queremos manter intocáveis como garantia da qualidade geral do ambiente no planeta? Não temos uma política geral para isso, as decisões são tomadas de forma quase improvisada: “Vamos criar uma reserva ambiental!”. Cria-se uma reserva ambiental. “Vamos criar uma reserva indígena!”: Cria-se uma reserva indígena. Respondemos a problemas muito mais do que planejamos estratégias a longo prazo. Qual é o grau de bem-estar que nós queremos para nossas populações? Quais os serviços básicos que nós achamos irrenunciáveis, como educação, saúde? E a que grau queremos chegar? Uma vez feito isso, teremos condições para dizer quanto nos sobra para as outras coisas. Hoje não temos isso, estamos à mercê das vicissitudes das vontades políticas.

“AS DIFICULDADES APARECERÃO NOS PRÓXIMOS ANOS”

Reproduzimos a entrevista de Lester Brown à revista **Alternatives Économiques** n. 221, janeiro de 2004, p. 60, que foi traduzida pelos colegas do Cepat Informa, de Curitiba. Brown é o presidente do Earth Policy Institute e autor de, entre outros livros, **Eco-économie. Une autre croissance est possible, écologique et durable** (Eco-economia. Um outro crescimento é possível, ecológico e sustentável). Paris: Éditions du Seuil, 2003. Este livro, publicado em 2001 nos EUA, não possui versão impressa no Brasil. Entretanto, foi lançada em português uma versão digital com o título **Eco-Economia. Uma nova economia para a Terra**. O download gratuito do livro pode ser obtido no sítio da Universidades Livre da Mata Atlântica (www.uma.org.br). Os subtítulos também são dos nossos colegas do Cepat.

Alternatives Économiques: Quais são os recursos naturais que dão mais sinais de fadiga hoje?

Lester Brown: Há anos sabíamos que, se continuássemos com um modelo de desenvolvimento tão destruidor, nos confrontaríamos rapidamente com graves problemas. Mas, nós éramos incapazes de dizer exatamente que forma esses problemas tomariam e em que nível eles se produziram. Eu penso agora que as dificuldades virão sob a forma de uma alta dos preços dos alimentos e isso em todos os próximos anos. Eu me explico. Há dois anos, o grande calor atmosférico reduziu as colheitas agrícolas na Índia e nos Estados Unidos. Neste ano, este calor afetou as colheitas na Europa. É a primeira vez que o mundo é levado, durante quatro anos consecutivos, a diminuir as reservas de grãos porque a produção não é suficiente para cobrir o consumo. As reservas estão nos seus níveis mais baixos dos últimos trinta anos. 2004 deverá ser um ano crítico.

A agricultura demanda muita água

Alternativas Econômicas: Por que a situação se agrava tão rapidamente?

Lester Brown: Cada alta de um grau nas temperaturas máximas durante a estação de crescimento implica numa baixa de 10% dos rendimentos, tanto do arroz e do milho como do trigo. Além disso, o esgotamento dos lençóis freáticos é muito preocupante. Depois que o fenômeno permaneceu durante muito tempo local, ele se desenvolve em grande escala porque hoje se tem a capacidade de bombear a água de grandes profundidades. A falta de água atravessa fronteiras e atinge regiões inteiras: o norte da China, o sudoeste dos Estados Unidos e muitos dos Estados indianos enfrentam hoje graves dificuldades. Eu não acredito que estejamos compreendendo até que ponto esta situação é explosiva. Nós bebemos dois ou três litros de água por dia de uma ou de outra forma (água, café, suco de laranja), mas a água que é necessária para produzir os alimentos que comemos cada dia representa dois mil litros! São necessárias mil toneladas de água para produzir uma tonelada de grãos.

Ações que podem reverter a situação

Alternativas Econômicas: O que é preciso fazer para evitar o pior?

Lester Brown: Eu vejo ao menos três ações que podem ser consideradas. Em primeiro lugar, é preciso concentrar-se sobre o aumento da produtividade das matérias-primas em nível mundial, e especialmente a água na agricultura: 70% da água que nós utilizamos no mundo, que é bombeada ou extraída dos rios, é utilizada para a irrigação. Em segundo lugar, é preciso ajudar a diminuir o crescimento demográfico em todos os países em desenvolvimento para estabilizar a população mundial o mais rapidamente possível. Se fracassarmos, ela diminuirá pela alta das taxas de mortalidade, porque sistemas naturais serão inundados. Para tanto, faz-se necessário criar um ambiente social propício. Isso significa elevar os níveis de educação, permitir às mulheres o acesso aos serviços de planejamento familiar, desenvolver um sistema de assistência de base, etc. Em terceiro lugar, é preciso diminuir as emissões de carbono pela metade até 2050. Não há a necessidade de um salto tecnológico maior para isso: a tecnologia já está disponível. Se os Estados Unidos decidirem aumentar até 2010 a eficiência energética dos motores de combustível ao nível dos motores híbridos, tais como o Prius da Toyota, eles reduziram o consumo de combustível do país pela metade. A energia eólica constitui igualmente um potencial importante ainda pouco explorado. A mudança que isso supõe é ambiental, mas é possível se nós o decidirmos. Há um precedente para isso: depois da entrada dos Estados Unidos na guerra, em fins de 1941, o presidente Roosevelt proibiu a venda de carros particulares em todo o território nacional, a fim de que a indústria automobilística se concentrasse na produção de veículos de guerra. Nenhum carro foi vendido nos Estados Unidos de abril de 1942 até fins de 1944. Os Estados Unidos mudaram assim radicalmente a orientação de sua economia em poucos meses.

Necessidade de mudança do sistema fiscal

Alternativas Econômicas: Qual é a alavanca mais apropriada para impulsionar a mudança?

Lester Brown: O sistema fiscal. Mas é preciso fazer evoluir doravante sua composição ao nível total: reduzir o sistema fiscal baseado na renda e compensar essas baixas por taxas sobre as atividades prejudiciais ao meio ambiente. Um sistema fiscal verde é o instrumento ideal para construir uma economia mais respeitosa do meio ambiente. Os países da União Européia já começaram a fazer essa transferência, mas as taxas verdes representam ainda uma baixa porcentagem das retiradas fiscais. Elas são, portanto, eficazes porque permitem que os preços

reflitam a verdade ecológica. Caso contrário, as previsões do antigo vice-presidente da Esso, Oysten Dahle, mostrar-se-ão verdadeiras: “O socialismo desabou porque ele não deixou os preços dizerem a verdade econômica. O capitalismo poderá desabar porque ele não deixa os preços dizerem a verdade ecológica”.

DECRESCEMENTO OU DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

*Reproduzimos o artigo de Guillaume Duval, redator-chefe adjunto da revista francesa **Alternatives Économiques**. O artigo analisa as diferenças existentes entre as correntes do desenvolvimento sustentável e do decrescimento sustentável, e foi publicado na edição n. 221, de janeiro de 2004, p. 50-54. Os subtítulos e a tradução são dos nossos colegas do Cepat Informa.*

Os acontecimentos climáticos extremos se multiplicam, os dejetos se acumulam, os lençóis freáticos estão diminuindo ou são poluídos, o petróleo vai tornar-se raro, e seu controle torna-se objeto de conflitos cada vez mais violentos, quer seja no Iraque, quer seja na Tchetchênia. Ao mesmo tempo, a capacidade de o sistema econômico responder às necessidades sociais é cada vez mais contestada. As desigualdades mundiais se aprofundam e, se uma parte da Ásia está para sair do subdesenvolvimento, isso se dá por adotar um modo de vida devorador de recursos não renováveis. Em síntese, isso diz respeito a todos (ou quase todos) daqui para frente: vamos de encontro ao muro e é preciso mudar de modelo de desenvolvimento. E não daqui a um século, mas a partir dos próximos anos. Mas como fazê-lo? Um debate cada vez mais intenso opõe os defensores de um “decrescimento sustentável”⁽⁷⁾, que organiza o retrocesso da economia monetária, aos defensores de um “crescimento sustentável”⁽⁸⁾, que permite conciliar crescimento e ecologia.

Acordo quanto à gravidade da situação

Quanto à gravidade da situação, não há desacordo maior entre os defensores do desenvolvimento sustentável e os defensores do decrescimento. Ernst Ulrich von Weizsäcker, Amory e Hunter Lovins, defensores do desenvolvimento sustentável, retomam, por sua vez, no seu relatório **Fator 4**, as sombrias previsões estabelecidas pelos Meadows em seu célebre relatório de 1972 ao Clube de Roma sobre “os limites do crescimento”. Eles consideram de

⁷ .- O decrescimento sustentável. “Não há a menor dúvida de que o desenvolvimento sustentável é um dos conceitos mais perniciosos”, escreveu em 1991 o economista Nicholas Georgescu-Roegen, o pai espiritual da corrente favorável ao decrescimento. Contrariamente aos defensores do crescimento zero, nos anos 1970, os adversários do desenvolvimento sustentável não se contentam em estabelecer a atividade econômica, mas de fazê-la decrescer. Eles consideram que não se pode querer resolver os problemas ecológicos aumentando a produção de bens e de serviços. O defensor mais conhecido desta corrente é o economista Serge Latouche. Suas teses são difundidas pelas revistas **Silence** e **L'écologiste**.

⁸ .- O desenvolvimento sustentável. Esse conceito se alastrou como um rastro de pólvora nos anos 1990. Formalizado em 1987 no relatório de Gro Harlem Brundtland, “**Notre avenir à tous**”, esta noção entrou verdadeiramente no debate público a partir da Cúpula da Terra, no Rio, em 1992. A justaposição das duas palavras é o seu encanto. ‘Desenvolvimento’ significa que podemos continuar a melhorar as condições de vida da população mundial, especialmente no Sul. Enquanto ‘durável’ indica que chegamos a restabelecer (ou a estabelecer) equilíbrios ecológicos de sorte que a economia “responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras”. A idéia de uma reorganização ecológica da economia, que não proíbe o crescimento, é especialmente defendida por autores como o americano Amory Lovins, do *Rocky Mountain Institute*, e o alemão Ernst Ulrich von Weizsäcker em seu livro **Fator 4**, que apareceu em 1995, ou por Lester Brown, o fundador do Worldwatch Institute e autor do livro **Eco-economia**.

modo especial o risco de uma queda das produções agrícola e industrial e da população mundial nas próximas décadas. Quanto a Lester Brown, outro partidário do desenvolvimento sustentável, ele consagra, em **Eco-economia**⁽⁹⁾, páginas aos “sinais da tensão” que não tranquilizam mais sobre o futuro. Não há mais divergência sobre a necessidade de um decrescimento muito rápido do consumo de matérias-primas e de energia, em particular, evidentemente, das energias fósseis.

Desacordo quanto aos meios a serem usados

Em compensação, as opiniões se opõem quanto aos meios de atingi-lo. Os defensores da eco-economia evidenciam os numerosos meios técnicos já conhecidos para consumir muito menos matérias-primas e energia produzindo a mesma quantidade de bens e serviços (através da reciclagem e de outra concepção dos produtos). É o famoso “fator 4” de Ernst Ulrich von Weizsäcker: pode-se produzir o mesmo com quatro vezes menos energia e matérias-primas. Outros, mais ambiciosos ainda, falam em fator 10.

Políticas públicas e reforma fiscal

Sem serem inimigos do mercado, os defensores da eco-economia não acreditam que os mecanismos de mercado sejam por si só capazes de restabelecer os equilíbrios ecológicos. Eles apostam em políticas públicas muito ativas e numa reforma dos sistemas fiscais em função de prioridades ecológicas. Além disso, eles enfatizam que será preciso mudar em tempo recorde o essencial de nossas infra-estruturas: remodelar o urbanismo, mudar o hábitat, reconfigurar os meios de produção na maioria das indústrias, etc. Esse enorme esforço de investimentos é gerador de crescimento e, por sua vez, necessita do crescimento para ser preparado (aprontado, engastado): o baixo crescimento dos últimos 20 anos na Europa mais freou a transformação ecológica dos modos de produção e de consumo do que foi capaz de acelerar.

Os defensores do decrescimento não acreditam num tal cenário. Eles atestam que cada vez que se teve êxito em economizar esta ou aquela matéria-prima para produzir um bem ou um serviço, o efeito desse ganho da eco-eficiência foi mais que compensado por um crescimento ainda mais importante das quantidades produzidas. Veja-se o exemplo do desenvolvimento das tecnologias da informação e da comunicação: elas deveriam permitir limitar o consumo de papel. Ora, é o inverso que se constatou: por conta dessas tecnologias, nunca se imprimiu tantas coisas. Os defensores desta análise sublinham igualmente a impossibilidade de uma reciclagem integral das matérias-primas: para eles, o desenvolvimento sustentável só retarda os prazos.

Illich: “Viver de outra maneira para viver melhor”

O centro de sua crítica não se funda, no entanto, sobre essas dificuldades bem reais. Mais fundamentalmente, eles retomam o discurso daqueles que, com Ivan Illich ou Jacques Ellul, criticavam radicalmente a sociedade de consumo nos anos 1960 e 1970. “Não é, em primeiro lugar, para evitar os efeitos secundários de uma coisa que seria boa em si que é preciso renunciar ao nosso modo de vida – como se tivéssemos que escolher entre o prazer de um manjar delicioso e os riscos decorrentes. Não, é que o manjar é intrinsecamente mau, e que

⁹ .- **Eco-Economia. Uma nova economia para a Terra.** O livro, na edição brasileira, tem apenas versão eletrônica e pode ser obtido no sítio da Universidade Livre da Mata Atlântica (www.uma.org.br).

seríamos bem mais felizes se nos afastássemos dele. Viver de outra maneira para viver melhor”, disse Ivan Illich⁽¹⁰⁾.

Que o dinheiro não traz felicidade e que o produto interno bruto (PIB) por habitante mede muito mal o bem-estar, é hoje objeto de um amplo consenso entre aqueles que criticam a sociedade atual. E aí estão incluídos aqueles que são favoráveis ao desenvolvimento sustentável, como Erns Ulrich von Weizsäcker, Amory e Hunter Lovens, que consagram um capítulo inteiro de seu livro a esta importante questão. Mas, entre relativizar o PIB como a única medida de bem-estar e pregar sua diminuição, há um passo que é melhor, sem dúvida, não transpor.

Economia não mercantil em alta

Os defensores do decrescimento atribuem o crescimento da economia só ao desenvolvimento das relações mercantis, agitando o espectro de uma mercantilização do mundo. Se fosse o caso, eles teriam razão em querer fazer retroceder o PIB, mas não é o que se observou: em todos os países desenvolvidos, e isso apesar dos discursos e dos esforços incessantes dos liberais, a parte da economia que escapa a uma lógica puramente mercantil, via as antecipações obrigatórias, não pára de aumentar. O crescimento da economia monetária não é sinônimo de extensão das relações mercantis: ela se traduz igualmente na execução de mecanismos de solidariedade não mercantis e pela mutualidade de numerosos serviços.

Sul: necessidades de serviços não mercantis

Os habitantes das favelas do Sul conhecem a mercantilização do mundo: tudo aí se compra e tudo aí se vende (inclusive muitas vezes a justiça e a polícia). O que lhes falta, e que o crescimento pode e, sobretudo, deve lhes aportar, são serviços não mercantis, como sistemas de saúde, de educação, de saneamento... Se nós nos engajamos na via do decrescimento no Norte, há fortes chances, em compensação, de que seja a parte permutada, e não mercantil da economia monetária que vá suprir primeiramente as despesas. Os 20 últimos anos de baixo crescimento na França e na Europa advogam a favor disso.

Além disso, para resolver os problemas ambientais, não há quase outra solução que aumentar o custo de muitos consumos (do ar, da água, do petróleo, dos minerais, etc.), cujos preços atuais não refletem os estragos causados ao meio ambiente. Para acabar com essa subtarifação, causadora de muitos desperdícios, não se trata de mercantilizar ainda mais o mundo, mas de impor taxas suplementares que reflitam os custos suportados pela coletividade. Esta indispensável extensão da esfera da economia monetária é também portadora de um crescimento de seu volume.

Desperdícios

Os defensores do decrescimento denunciam, enfim, os desperdícios que caracterizam nossos modos de vida em relação àquilo que seria indispensável para assegurar as nossas necessidades de base, alimentar-se, vestir-se, aquecer-se... Eles apontam especialmente a moda das marcas e das despesas publicitárias que a alimentam. Medidas no auge de nossas estritas necessidades físicas, o desperdício não deixa nenhuma dúvida. Como os lucros que tiram algumas multinacionais.

Dito isso, não foi o capitalismo que inventou esta forte propensão de homens e mulheres a gastar muito tempo e dinheiro em consumos “irracionais”. Os mais belos monumentos que nossos ancestrais nos deixaram são na maioria das vezes palácios, templos ou catedrais,

¹⁰ .- Citado por Serge Latouche no artigo “Pour une société de décroissance” (Por uma sociedade de decrescimento). *Le Monde Diplomatique*, novembro 2003.

construídos antes mesmo de a satisfação de suas necessárias básicas ser bem menos evidente que hoje. Não importa, eles reservavam a essas construções de prestígio a maior parte das riquezas que eles produziam.

Como mudar os hábitos no quadro das liberdades individuais?

As formas de consumo irracionais de hoje perderam todo substrato religioso. Mas sua função psicológica de segurança individual e de afirmação frente aos outros é tão diferente de ontem? Ao dizer isso, não se trata de minimizar o impacto negativo, especialmente ecológico, das compras compulsivas e dos múltiplos produtos descartados sem serem verdadeiramente usados. Nem de dispensar os poderes públicos de sua responsabilidade na luta contra esses comportamentos, e sobretudo contra as ofertas que os suscitam, especialmente os efeitos que se conhece em termos de saúde pública. Mas, é preciso sublinhar a dificuldade de mudar esses hábitos no quadro das liberdades individuais. Tais comportamentos não protegem, com efeito, simplesmente da capacidade de intoxicação da publicidade.

Dissociar crescimento e consumo

Poderemos fazer isto dentro de um quadro democrático? Esta questão é central no debate que opõe os defensores do desenvolvimento sustentável e os defensores do decrescimento. Um dos riscos que nós corremos no século XXI é o de nos refazermos, em nome da urgência ecológica, do golpe que nós nos damos no século XX em nome da injustiça social: uma vanguarda autoproclamada que se arroga, com o pretexto de uma presciência infalível do futuro, a missão de dar a felicidade ao povo apesar dele e de fazer nascer a fórceps um “homem novo”. É especialmente porque eles não acreditam ser possível “vender” democraticamente aos habitantes do Norte uma queda de seus bens e de seus serviços que os defensores do desenvolvimento sustentável procuram os meios de dissociar crescimento e consumo de matérias-primas. Eles consideram que, para limitar as desigualdades mundiais num quadro pacífico e democrático, não se pode simplesmente tomar dos habitantes do Norte para dar aos do Sul.

Capacidade de convencimento

Os defensores do decrescimento estão geralmente conscientes da dificuldade de seu projeto político ser adotado pela via democrática. Eles recusam, entretanto, a idéia de impor o decrescimento pela força e confiam na sua capacidade de convencer os cidadãos a escolherem a sua proposta voluntariamente.

Seja qual for e qualquer que seja finalmente a escolha feita entre o desenvolvimento sustentável e o decrescimento sustentável, o tempo urge: será preciso encontrar os meios para transformar profundamente os modos de produção e de consumo nos próximos anos.

CINCO CHAVES PARA UM OUTRO CRESCIMENTO

*Vários pensadores apontam cinco medidas necessárias para rever o nosso modo de vida e de produção: energia, matérias-primas, transportes, urbanismo e agricultura. O artigo foi publicado pela revista **Alternatives Économiques**, n. 221, janeiro de 2004, p. 55-59. A tradução e os subtítulos são dos nossos colegas do Cepat Informa.*

Diante dos desgastes já causados ao meio ambiente e daqueles que se vislumbram no horizonte com a retomada do crescimento econômico da China e da Índia, podemos legitimamente ser tentados pelo catastrofismo. Sem poder assegurar que estaremos em

condições de ganhar a corrida do rápido engajamento, existem, contudo, pistas para endireitar a situação. E isso num período de tempo muito curto se a vontade política for suficiente. Elas implicam, contudo, uma profunda reconfiguração do aparelho produtivo, um esforço financeiro massivo no Norte e transferências financeiras e de tecnologias voluntárias para o Sul. Trata-se, com efeito, de fazer com que os novos países que se desenvolvem corrijam nossos erros. Para isso é preciso dotá-los com as tecnologias mais “apropriadas”. Hoje, o “desenvolvimento sustentável” consiste mais nessas (muito difíceis) questões de distribuição dos esforços que sobre a técnica propriamente falando.

1. Economizar a energia e descarbonizar a economia

Marc Chevallier.

Se nada for feito, o consumo de energia poderá aumentar em mais de 60% até 2030 em relação a 2000, segundo a Agência Internacional de Energia. Os recursos de hidrocarbonetos estão em vias de diminuir e a mudança climática já é perceptível. No jargão dos economistas isso significa abaixar a intensidade energética do Produto Interno Bruto⁽¹¹⁾. Isso já se faz: entre 1995 e 2001 ela diminuiu em média 1,7% por ano. Mas esse ritmo é muito lento; seria preciso multiplicá-lo por dois ou três.

A transformação do habitat encobre importantes potenciais. Ao reforçar o isolamento, ao desenvolver técnicas como a água quente solar, graças às regulamentações mais estritas para os novos prédios, mas também nas ajudas para a renovação das antigas moradias.

Limitar o consumo de aparelhos elétricos

O superconsumo de aparelhos elétricos torna-se cada vez mais um problema: é preciso suprimir os sistemas de descarte dos aparelhos, impor normas mais estritas para os aparelhos de ar condicionado, proibir progressivamente tecnologias obsoletas como os halogênios ou as lâmpadas incandescentes, etc. Um escritório de *eco-design* australiano preparou uma chaleira que economiza 25% de eletricidade: sua adoção por todos os fogões australianos diminuiria em 300 mil toneladas as emissões de gás carbônico por ano!

Economizar energia é também não hesitar em recorrer mais à energia humana quando isso é possível: lâmpadas de bolso ou rádios já são comercializados, para os quais 20 segundos de manivela fornecem até uma hora de funcionamento. Os transportes constituem um outro grande lugar problemático em matéria energética (cf. mais adiante).

Sobriedade energética

No total, poder-se-ia economizar até 70% da energia consumida na França ao aplicar simplesmente de maneira conseqüente tecnologias experimentadas (provadas), segundo a associação *Négawatt*¹². Em nível mundial, a margem também é grande: sobretudo se os Estados Unidos aceitassem finalmente se engajar na via da sobriedade energética... Em 2001, o oeste europeu consumiu 0,146 kg de petróleo (kep) por dólar de riquezas produzidas, mas a América do Norte devastou 0,245 kep e a China 0,834 kep!

Desenvolvimento e uso de energias limpas

Para limitar a mudança climática é preciso descarbonizar a economia. Trata-se hoje de ir ao encontro das fontes de energias limpas: as energias renováveis. Irrealista? Não, segundo

¹¹ .- Intensidade energética do PIB: medida (em kg equivalente petróleo, kep) da quantidade de energia que é preciso utilizar para produzir uma dada quantidade de riqueza.

¹² Cfr. o sítio www.negawatt.org (Nota do IHU).

Négawatt, se utilizarmos tecnologias já disponíveis. Na França, as energias verdes poderiam produzir 10 vezes mais energia em 2050 do que hoje. Elas representariam então quase 60% da produção total. A Áustria mostra que isso é possível: 77% de seu consumo de eletricidade já provêm de energias verdes.

Descarbonizar a economia também é eliminar progressivamente os hidrocarbonetos dos produtos de consumo. Hoje sabemos substituir muitos plásticos por substitutos feitos a partir de produtos agrícolas: algumas peças de carrocerias de carros integram desde já fibras de linho; a Hewlet-Packard fabricou uma impressora conduzida por amido de milho. Esse tipo de solução periga, entretanto, engendrar uma concorrência crescente pelo uso das terras entre a alimentação e as aplicações energéticas.

2. Reciclar as matérias-primas e desmaterializar a economia

Guillaume Duval.

Os dejetos se acumulam e as reservas se esgotam. É preciso re-ci-clar. Mas sabemos que isso dificilmente acontecerá quando os produtos não foram, desde o começo, concebidos em função deste imperativo. É um dos objetivos principais da “eco-concepção”. Para fazer evoluir as práticas das empresas, não há milagre: é preciso re-gu-la-men-tar. E em particular obrigar os fabricantes ou os distribuidores a recolher os produtos com vida útil esgotada. Diretores europeus já impõem isso aos construtores automobilísticos e aos fabricantes de produtos elétricos e eletrônicos. É preciso generalizar esta obrigação com urgência.

Ao encontro da prestação de serviços

Estes constrangimentos contribuiriam para fazer evoluir o objeto das empresas: elas deveriam tornar-se cada vez mais prestadoras de serviços em vez de continuar sendo vendedoras de material. Poderíamos assim conseguir fazer com que os fabricantes de automóveis se disponham a alugar a mobilidade, em vez de vender seus carros. Os fabricantes de computadores ou de fotocopiadoras já estão engajados nesta dinâmica. Os fabricantes de móveis ou de revestimentos de pisos estão entrando. Devido à pressão das regulamentações, a substituição de uma lógica de locação por aquela da venda de material, já forte no comércio entre empresas, deverá se estender cada vez mais na direção do consumidor final. Em tal configuração o produtor é (enfim) realmente provocado a conceber equipamentos de vida útil de longa duração, fáceis de serem consertados e reciclados e que sejam consumidores de pouca energia.

Ecologia industrial

Por outro lado, a ecologia industrial oferece numerosas possibilidades. Segundo esta ótica, uma empresa não produzirá mais apenas um bem (ou um serviço), por um lado, e dejetos, por outro, mas um conjunto de produtos. Uns constituem certamente o centro do negócio, mas os outros também podem ser valorizados como insumos para outras indústrias ou serviços. O princípio é antiquíssimo e aplicações interessantes existem: a mais conhecida é a que se chama, na Dinamarca, de “simbiose de Kalundborg”, onde o enxofre produzido por uma refinaria serve para fabricar placas de gesso, ao passo que a água quente que ela gera aquecimento estufa, ela utiliza o vapor produzido por uma central elétrica vizinha⁽¹³⁾.

Mudança requer enfrentar produtores e consumidores

¹³ .- Ver “L’écologie industrielle, exercice pratique” (A ecologia industrial, exercício prático), **Alternatives Économiques**, n. 206, setembro de 2002.

Para ser generalizável, esse tipo de negociação supõe que condições econômicas realmente dissuasivas sejam impostas à descarga dos dejetos industriais. E uma oposição rigorosa ao “turismo de dejetos”, isto é, ao envio para os países do Sul dos dejetos indesejáveis ao Norte. Sabemos fazer muitas coisas hoje. Mas isso implica enfrentar os *lobbys* industriais, gerar profundas reconversões das conseqüências sociais às vezes dolorosas e fazer aceitar por parte dos consumidores o encarecimento dos custos que disso resultam. Nada fácil quando se constata a tempestade política desencadeada por uma simples alta do preço do tabaco...

3. Uma outra agricultura para uma outra alimentação

Marc Chevallier.

A agricultura vai se confrontar com dois desafios contraditórios: ela precisará produzir mais para alimentar uma população mundial em crescimento, mesmo fazendo frente à erosão dos solos e ao enfraquecimento dos lençóis freáticos, e reduzindo o uso dos fertilizantes e dos pesticidas de síntese que poluem a terra e a água. A produção de terras cultiváveis pode ainda aumentar (especialmente no Sul, onde os rendimentos permanecem muitas vezes muito baixos). É, uma vez mais, uma questão política e de distribuição das riquezas mais que técnica: isso implica em particular em autorizar os países do Sul a protegerem sua agricultura de exportações a preços debilitados do Norte.

Alternância de culturas

A alta global da produtividade agrícola, no entanto, diminuiu fortemente nos últimos dez anos. Há, portanto, alguma esperança de ganhos substanciais sem necessariamente recorrer a novas espécies de trigo ou aos organismos geneticamente modificados (OGMs). É preciso, em particular, desenvolver a alternância de culturas. Na Argentina e nos Estados Unidos ela continua rara porque não é encorajada: apenas 10% dos 30 milhões de hectares de soja dos Estados Unidos acolhem trigo no verão. Mas na Índia, a alternância de culturas do trigo de inverno e arroz de verão é coisa banal. Do mesmo modo que na China do Norte, que alterna freqüentemente trigo de inverno e milho. Esta prática poderia ser consideravelmente expandida e permitir que se salvem as últimas florestas.

Repensar os sistemas de irrigação

Uma das principais prioridades em matéria agrícola consiste em repensar os sistemas de irrigação de tal modo a situação dos lençóis freáticos torna-se crítica em todas as partes. Por exemplo, no Sul das grandes planícies dos Estados Unidos, os agricultores utilizam freqüentemente irrigação rotativa alta. Substituir as redes de alta pressão por redes de baixa pressão poderia aumentar a eficácia da irrigação de 65% para 80%. Uma rede de irrigação de precisão de baixa energia pode aumentá-la para 90% ou mais. A técnica mais eficaz permanece, entretanto, a irrigação por gotejamento praticada em Israel: ela reduz o consumo de água de 30% para 70% e aumenta os rendimentos de 20% para 90%. Antigamente oneroso, hoje o sistema pode ser amortizado em um ano.

O consumo desenfreado de carne é insustentável

Mas, nada que bastasse poderá ser feito na agricultura se, paralelamente, os modos de alimentação não evoluírem para regimes mais vegetarianos. As populações dos países desenvolvidos consomem muita carne. Se os chineses decidirem elevar seu consumo de carne bovina “ao nível do americano médio, serão precisos 343 milhões de toneladas de trigo por ano – o equivalente a toda a colheita de trigo dos Estados Unidos”, segundo cálculos de Lester Brown. Os bovinos requerem efetivamente sete quilogramas de alimentos concentrados por

quilograma adicional de peso vivo. Para os suínos, a proporção é de quatro para um. Frangos e peixes demandam dois quilos

4. Repensar a mobilidade e realocar a economia

Marc Chevallier.

O modo de transporte mais poluente – o avião – é atualmente o menos taxado. Um escândalo que é preciso terminar rapidamente. Pelo fato de ser uma atividade aérea de caráter internacional, foi impossível até agora submeter o querosene ao mesmo tipo de taxas que os outros carburantes. Os deslocamentos de negócios fornecem hoje a grande maioria do tráfego aéreo: com a videoconferência e os outros meios de comunicação modernos, as empresas dispõem daqui para frente de uma alternativa prática a esses múltiplos deslocamentos. Sob o impacto da síndrome respiratória aguda grave (Sars) ou dos atentados de 11 de setembro, elas já foram, por outro lado, levadas a renunciar temporariamente a uma parte significativa dessas viagens, sem que a economia desabasse. Quanto ao turismo, graças à redução do tempo de trabalho, é imperativamente um grande problema se os transportes duram às vezes um pouco mais e se for preciso renunciar ao final de semana em Bangkok?

Priorizar o transporte coletivo

O movimento rápido do tráfego automobilístico nos países ricos, mas também de agora em diante nos países em desenvolvimento requer igualmente uma ação urgente: o parque automobilístico chinês cresceu ao ritmo de 25% por ano! Trata-se, primeiramente, de difundir em grande escala veículos mais rápidos e que utilizam motores híbridos, como o Prius, um veículo produzido pela Toyota. Movido, talvez, a pilha de combustível, se for possível produzir hidrogênio a um custo razoável a partir de energias renováveis.

Compete aos poderes públicos impulsionar o movimento: o Estado da Califórnia adotou uma lei que obriga os construtores a fabricar veículos com emissões de dióxido de carbono cada vez menores, até mesmo próximos de zero. Não poderemos, entretanto, fazer a economia de um questionamento profundo do lugar do carro individual, particularmente na cidade. Os transportes coletivos consomem quatro vezes menos energia por passageiro do que o automóvel: durante muito tempo negligenciados, os investimentos neste setor devem, pois, reencontrar a prioridade diante do “tudo-carro”. Muito nesse campo depende, contudo, do urbanismo (ver chave n. 5, mais abaixo).

65 mil km para fabricar um jeans

Repensar a mobilidade diz respeito ao menos tanto aos fluxos de mercadorias quanto aos de pessoas. Os diferentes componentes de um jeans Lee Cooper percorrem 65 mil km, provocando assim poluições em cada etapa de sua fabricação. Depois que ele é juntado na Tunísia, o algodão da tela de jeans vem do Benin, ao passo que os bolsos vêm do Paquistão, a tintura de anil da Alemanha, etc. A fim de reduzir esses transportes caros em energia, é preciso realocar a economia: multiplicar os lugares de menor importância implantando-os perto de lugares de fácil fornecimento de matérias-primas ou perto de mercados.

É realmente insuportável deixar de desfrutar de determinadas benesses por algum tempo?

Hoje sabemos fazê-lo sem ter de voltar ao artesanato tradicional. As tecnologias da informação e da comunicação permitem o deslocamento espacial da produção, sempre se beneficiando das vantagens da grande série, ou seja, das economias de escala. Os fornecedores da indústria automobilística implantam dessa maneira em todas as partes do mundo unidades de

pequeno porte nas proximidades das unidades de montagem das montadoras de automóveis para limitar os transportes.

Esta lógica, que será preciso impor via um encarecimento dos custos de transporte, terá efeitos favoráveis na luta contra os deslocamentos e do *dumping* social. Do ponto de vista do consumidor, esta realocação implicará, contudo algumas limitações em relação à situação atual, particularmente em relação à alimentação: comeremos provavelmente menos tomates de outubro a junho e morangos de julho a maio. Mas, será isso realmente insuportável?

5. Mudar a cidade

Sandra Moatti.

Bem planejada, a cidade permite economizar espaços e recursos. As cidades são certamente grandes consumidoras de recursos naturais (água, energia, materiais de construção, etc.). Elas produzem dejetos e poluições de toda espécie, que degradam a qualidade dos cursos da água, dos solos e do ar. Porém, o impacto ambiental da concentração urbana é menor do que a que teria uma mesma população se ela estivesse dispersa.

Civilização fundada sobre o automóvel

A condição é sair do impasse de um desenvolvimento urbano muito exclusivamente fundado sobre o automóvel. Nos países do Norte, já urbanizados em mais de 75% e onde a população urbana não cresce mais que ao ritmo de 0,5% a 1% por ano, a difusão do carro particular entranhou uma extensão espacial da cidade, que torna, por sua vez, o automóvel indispensável. Assim, em Île-de-France, a população aumentou 33% no grande raio entre 1975 e 1999, contra 1,5% no pequeno raio. Ao mesmo tempo, o tráfego automobilístico progrediu 84% em média na região e 164% de periferia a periferia. Este círculo vicioso conduz a uma cidade não somente irrespirável, mas também ineficaz: circula-se tão rapidamente hoje em Londres como na época do carro puxado a cavalo, recordava o presidente da câmara municipal antes da introdução do pedágio urbano.

Remodelar as cidades

Na contra-mão dos princípios do desenvolvimento urbano dos últimos 60 anos, um novo modelo de urbanização emerge: a cidade sustentável. À extensão urbana dos bairros residenciais, opõe a densidade; ao princípio do zoneamento, prefere a mistura das funções, pois as necessidades de deslocamento são igualmente mais limitadas que os lugares de trabalho e de habitação, os comércios e os lazeres são próximos. Isso implica evidentemente políticas públicas muito ativas em matéria de regras de urbanismo e de domínio predial.

Os países da Europa do Norte são os mais avançados neste sentido. Na Alemanha, nos Países Baixos, na Finlândia, “eco-quarteirões” surgem desde os anos 80. Eles experimentam modelos de habitação de densidade intermediária e prédios de alta qualidade ambiental (pequenos consumidores de energia). Eles combinam boas ligações em transporte coletivo com o resto da cidade e de circulações cômodas dentro do quarteirão, uma atenção particular à gestão dos dejetos, assim como ao ciclo da água (recuperação e filtragem das águas pluviais). Algumas cidades, como Friburgo, envolveram-se em questões ambientais de redução de suas emissões de gás de efeito estufa.

“A consciência ambiental progride rapidamente”

Pequenos luxos ecológicos para ricos, dirão alguns. Certamente, nas cidades de países em desenvolvimento, cuja população cresce ainda ao ritmo de 3% a 4% por ano, as prioridades são mais elementares: menos de 35% dessas cidades tratam as águas usadas e cerca da metade

dos dejetos produzidos simplesmente não são coletados. E muitas delas, como Bangkok, ainda são orientadas pela lógica do carro. Mas, outros modelos existem também no Sul: Singapura tem uma rede de transportes públicos muito desenvolvida e limita de todas as maneiras o uso do carro. Quanto à cidade de Curitiba, no Brasil, ela se orgulha da rede de transporte público modelo. A consciência ambiental progride rapidamente nas cidades do Sul.

"OS TEMPOS DA DEMOCRACIA SE ACABAM"

Só crescimento econômico, sem sustentabilidade ambiental, não vai salvar o Brasil. Pelo contrário, pode piorar mais ainda a situação de miséria em que vive um terço da população do contraditoriamente país mais rico, extenso e diversificado em recursos naturais do planeta. Isso, porque o atual governo, mesmo tendo um discurso ambiental inovador (leia-se a cabeça avançada da ministra Marina Silva e a escola política que o presidente Lula freqüentou com o líder seringueiro Chico Mendes), não está repensando, na prática, uma maneira ecologicamente correta e revolucionária de buscar o crescimento material.

Sem políticas públicas inovadoras capazes de preservar a base física do país - seus ecossistemas naturais, suas florestas, seus rios, seus solos e a qualidade do ar nas grandes cidades - o governo atual repete o erro clássico que hoje se tornou globalizado: ficou refém do sistema financeiro mundial. Escravo das decisões e variações do câmbio internacional, e colado diuturnamente na tela do computador, onde a vida parece acontecer mais em tempo real que no próprio relógio da natureza, o político brasileiro não vê o que acontece à sua volta.

O que continua acontecendo na sua "eco", que significa "casa", do grego "óikos" (eco + logia = estudo da casa, do país e do planeta onde moramos). E acaba sendo ultrapassado pelos acontecimentos físicos, naturais, como a desertificação da Amazônia, por exemplo. Uma degradação sócio-ambiental que prossegue no Brasil, empobrecendo a todos. Uma degradação causada por poucos, que, perversamente, continuam lucrando com ela, em nome da economia globalizada. Em prejuízo de muitos, que são as vítimas comuns e continuadas do progresso apenas econômico, sem sustentabilidade.

*É o que sustenta o jornalista e ambientalista Washington Novaes, nesta entrevista montada a partir da sua palestra no Fórum Internacional Sobre Petróleo, Meio Ambiente e Imprensa, promovido pela **Revista Imprensa**, em Salvador. Autor de 12 livros, Novaes foi criador da série histórica de documentários para a televisão sobre o Xingu e o Pantanal. Foi também secretário de Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia do Distrito Federal. Prêmio Esso de Ecologia, ele escreve para o jornal **O Estado de São Paulo**, é comentarista do programa Repórter Eco, da TV Cultura e consultor de vários organismos internacionais para a questão ambiental. A entrevista foi publicada pelo **Jornal do Brasil Ecológico**, 6-5-04.*

JB Ecológico – Por que a questão ambiental, a exemplo das conferências internacionais da ONU sobre mudanças climáticas, não sensibiliza os políticos, não avança em termos práticos?

Washington Novaes – Porque os interesses são muitos diversificados e contraditórios. É cada vez mais evidente e comprovado cientificamente que nós já estamos enfrentando a mudança do clima global. Não há dúvida alguma com relação a isso. Se continuarmos no atual ritmo de emissões de poluentes na atmosfera do planeta, vamos ter um aumento na temperatura entre 1,4 e 5,8 graus neste século, e as conseqüências serão grandes. Recentemente, o próprio presidente Bush foi advertido por um painel de 60 grandes cientistas, entre os quais 20 prêmios Nobel. Mesmo assim, o governo americano continua manipulando informações nesta área, não permitindo que a discussão avance. A opinião científica internacional recomenda a redução de 60% das emissões, mas os países industrializados não conseguem reduzir nem 5,2%, que seria o compromisso do Protocolo de Kyoto. O Protocolo ainda não entrou em vigor porque os EUA, responsáveis por quase um terço dessas emissões, não o ratifica. A Rússia também não. E nem os principais países produtores de petróleo. Na própria Europa, há uma série de

retrocessos. Os europeus haviam decidido, em bloco, seguir por sua própria conta. Estabeleceram cotas de emissão para seus países, e cada um deles então determinaria as graduais reduções para as suas indústrias, seus produtores de energia. Na última reunião da União Européia, alguns dos países pediram a revisão do Protocolo de Kyoto. Isso criou um problema novo. Eles, a Espanha, principalmente, ratificaram o Protocolo, mas disseram que ainda iriam tentar avaliar as conseqüências e talvez até estudar outras alternativas que não as já de consenso internacional. Vivemos um momento dramático nessa questão.

JB – O que dizem outros relatórios internacionais?

WN – O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), entre outros, tem dito que nós já estamos com padrões de produção e consumo insustentáveis. A humanidade já consome mais de 20% além da capacidade de reposição natural do planeta. E isso aumenta 2,5% ao ano. Estamos utilizando mais hectares do que a disponibilidade efetiva da natureza nos permite para a produção de carnes e vegetais. Na Europa, são cinco hectares por pessoa. Na África, 1,4 hectare. E no Brasil, quase três. Na questão dos recursos hídricos, basta vermos o noticiário, a crise já é dramática. E será muito mais, segundo as previsões da ONU. Vamos chegar a meados do século com dois terços da humanidade enfrentando séria escassez de água, e outros problemas de poluição. O mais complicado é que 40% dos alimentos no mundo já são produzidos com mais volume de água que a natureza é capaz de se recarregar nos lençóis freáticos. E aí a gente já fala de exportação, uma vez que o Brasil é um dos maiores exportadores de carne. E, com ela, vai a água, já que um quilo de carne bovina exige 15 mil litros de água para ser produzido. Um quilo de vegetais, 1.300 litros de água.

JB – Você quer dizer que existe um limite natural para tudo?

WN – Sim. E ele está na questão da biodiversidade. Nós continuamos a perder água, ar, terra, flora e fauna, que são a base da vida, incluindo da nossa, rapidamente. Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), nós continuamos perdendo 150.000 km² de florestas tropicais por ano, que são a maior fonte da biodiversidade. Só na Amazônia brasileira foram mais de 23.750 km² perdidos em apenas um ano, entre agosto de 2002 e agosto do ano passado. Um desmatamento que continua e já atinge 16,32% da área total da Amazônia. Isso significa que, além de se empobrecer ambientalmente, o Brasil contribui com 30% no aumento das emissões de dióxido de carbono. Das emissões brasileiras que afetam a atmosfera e, como conseqüência, também fazem aumentar o efeito estufa em todo o planeta, dois terços são causadas por mudanças de uso do solo, através de queimadas. Apenas um terço se deve à matriz energética.

JB - Não há um certo exagero nessa “contribuição” brasileira, diante de outros países mais industrializados e mais poluidores quimicamente que o nosso?

WN - Convém lembrarmos que pelo Protocolo de Kyoto os países industrializados teriam que reduzir em 5,2% as suas emissões. Isso significaria aproximadamente 300 milhões de toneladas de dióxido de carbono. O Brasil, só com mudança de uso de solo e queimadas, emite 200 milhões, ou seja, quase tanto quanto o Primeiro Mundo teria que reduzir. Isso significa muito nas discussões internacionais, e é difícil saber o que vai acontecer.

JB – Como podemos enxergar e valorizar economicamente essa perda da biodiversidade, num mundo que só pensa, em termos financeiros, em seus clientes, em acionistas, em câmbio?

WN – Demonstrando, como vários cientistas vêm contabilizando, que toda perda biológica também afeta gravemente os serviços naturais do planeta. Que esses serviços que a natureza faz e nos presta gratuitamente podem valer até três vezes mais do que o Produto Interno Bruto (PIB) mundial, incluindo aí fertilidade do solo, a cadeia da vida que nasce nos mangues, a recarga dos aquíferos, etc. Um cálculo que teríamos de fazer, caso o que a natureza faz a custo zero fosse substituído por ações humanas pagas.

JB - É essa nova e revolucionária contabilidade que falta aos nossos políticos e administradores?

WN – O que lhes falta é a noção do limite que a natureza e o meio ambiente não respeitados nos impõe de maneira inexorável. Veja como isso é claro no processo de desertificação, que o planeta também passa, por consequência da ação do homem. Os desertos, que se tornam mais desertos devido à alteração que o progresso econômico não sustentável provoca no solo, avançam 60 mil km² por ano, já atingem dois bilhões de hectares e conseguiu degradar 5,5 milhões de quilômetros na alterada face da Terra. Isso significa a perda já constatada de 15% de terras agrícolas que a humanidade tinha naturalmente. A principal razão é a erosão do solo que varre os caminhos da agricultura e da pecuária, dentre outros. E não precisamos ir longe. Em 1997, cinco anos depois de ter sediado a ECO-92, o Brasil continua contabilizando a perda de um bilhão de toneladas de solo fértil por ano. Hoje, já temos 180 mil km² dos nossos antigos e naturalmente ricos solos em processo de desertificação.

JB – Que dados você tem sobre a relação população-consumo atual no planeta?

WN - Embora a taxa de crescimento populacional tenha se reduzido muito, está em torno de 3,3 a 3,4% ao ano. Numa projeção mais otimista, considerando o que os demógrafos chamam de “estoque de mulheres férteis”, chegaremos a 8,5 bilhões de pessoas, em 2050. Isso, num mundo onde metade da população viveria abaixo da linha da pobreza. A produção e o consumo de bens também não dão sinais de democracia. Os relatórios começam a falar em mais de 80% da produção e do consumo concentrados nos países industrializados, e também da concentração dos níveis de extratos sociais e até pessoal. Juntas, as três pessoas mais ricas do mundo têm tanto dinheiro quanto o equivalente à soma do PIB dos 48 países mais pobres, onde vivem 600 milhões de pessoas. Se considerarmos as quase 260 pessoas que têm mais de US\$ 1 bilhão hoje, elas têm o equivalente à renda anual de 45% da humanidade, 2,8 bilhões de pessoas.

JB – Como fica a questão desse tipo de crescimento econômico sem sustentabilidade ambiental nem social?

WN - Há uma tese muito recorrente, principalmente na economia, que diz que a solução é o crescimento do econômico. Várias autoridades em biodiversidade propõem o seguinte: vamos admitir que o crescimento econômico seja a solução. O PIB, então, precisaria crescer 3% ao ano. Hoje, o PIB mundial está em pouco mais de US\$ 30 trilhões. Se ele crescer 3% ao ano, nós chegaríamos, em 2050, com pouco mais de US\$ 150 trilhões.

JB – E aí?

WN - Nós não temos base física para isso. Não há como chegar aí. É preciso repensar tudo isso.

JB – Como assim?

WN - Para complicar ainda mais o panorama, os relatórios da ONU dizem que já estamos enfrentando um problema de governabilidade em escala global. Isso, porque o sistema financeiro mundial, só o cambial, movimenta pelo menos US\$ 1,5 trilhão/dia. Com esse nível de movimentação, o sistema financeiro pode desequilibrar e inviabilizar qualquer país da noite para o dia. E todos nós sabemos disso, já está acontecendo em vários lugares e ameaçou acontecer no Brasil também. Com isso, cada dia mais os nossos governantes têm que passar o dia colados no computador para saber o que está acontecendo nos mercados financeiros do ocidente ao extremo oriente, para dar respostas em tempo real, respostas imediatas que não sejam ultrapassadas pelos acontecimentos. Diante disso, os tempos da democracia se acabam.

JB – Por que se acabam?

WN – Porque a democracia exige negociação, formação de consenso. Não dá para esperar, não há tempo para ela nesse quadro global extremamente importante e sem instituições nem regras para a sua colocação adequada.

JB – Como está e como fica o Brasil nisso?

WN – Se em âmbito mundial a escassez de recursos e serviços naturais vem se tornando o centro das discussões nas políticas globais, o Brasil tem tudo para se sair bem. Afinal, o Brasil ainda é o país com a maior biodiversidade do planeta e precisa se apropriar disso. Mais que em qualquer outro lugar, a questão ambiental deveria ser forçosamente, e não é, o centro e o início de uma estratégia brasileira, porque o fator de escassez de biodiversidade e riquezas naturais em plano global, mundial, é exatamente o que nos diferencia. Temos, em nível planetário, a abundância da natureza, de um meio ambiente prodigioso. Mas o Brasil, ao contrário, ainda se inclui no rol dos grandes fornecedores de matérias primas, bens e serviços naturais e sem remuneração adequada.

JB – Como assim?

WN - O primeiro relatório da ONU sobre o nível de desenvolvimento brasileiro, que é de 1996, diz que o nosso país não tem nenhum setor econômico verdadeiramente competitivo no plano global. Ou lhe falta escala, ou lhe falta capacidade tecnológica. O que o Brasil fez? Ele continua suprimindo essa incapacidade com o uso em excesso e a exportação de seus recursos naturais. Todos eles têm um alto preço e podem se esgotar rapidamente.

JB – Qual seria a condição para mudar essa estratégia?

WN - Seria preciso que todas as nossas políticas públicas e planejamentos privados adotassem a questão ambiental como ponto central do seu pensamento, na medida em que todas as ações humanas têm impactos no solo, na água e no ar. Isso exigiria que contabilizassem os custos ambientais e sociais em suas concepções e práticas. Caso contrário, como quase todos os seus vizinhos sul-americanos, o governo e as empresas brasileiras continuarão a tentar equilibrar suas economias através do aumento de exportações. Isso, numa relação desigual e desvantajosa com os países industrializados, porque esses países são os que comandam os mecanismos de formação de preços de tudo que importam e exportam. O problema é que os nossos recursos e serviços naturais não têm uma contabilidade adequada nessa formação de preços. Ao passo que naquilo que nós importamos, tudo é levado em consideração. A tecnologia, o alto custo da mão de obra, todas essas coisas são cuidadosamente consideradas. Ou seja, nós ficamos numa corrida para tentar resolver nossos problemas por esse caminho, quando, na verdade, andamos para trás.

JB – Você pode exemplificar isso?

WN – Em 1964, o Brasil tinha 1% do comércio exterior. Hoje tem 0,8%. Isso significa que temos menos do que há 40 anos, com tudo que exportamos atualmente, de soja, carne e outros bens, ao preço de estarmos destruindo a Amazônia, a exemplo do que fizemos com a Mata Atlântica. Só para se ter uma idéia, nossa carne, cujo custo ambiental para ser produzida é altíssimo e não contabilizamos como perda, está perdendo 17% do seu valor no mercado internacional. A própria soja está retornando ao preço de 1988, comprovando que estamos numa corrida de esteira, na melhor das hipóteses, sem sair do lugar. O Brasil precisa mudar isso, porque é uma situação altamente vantajosa para os países industrializados. A Alemanha, por exemplo, importa 30% dos recursos naturais que consome. O Japão, 50%. Os países baixos (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), 70%. Uma parte disso, inclusive, está nas rações que eles importam de países como o nosso. Essa relação desfavorável de troca tem um peso muito forte na formação da dívida externa dos países em desenvolvimento. Em 2000, a dívida desses países chegou a US\$ 2 trilhões, que é o que representavam 40% do PIB deles. Dobrou na década de 80. Dobrou de novo na década seguinte e hoje ela exige mais de US\$ 1 bilhão por dia para pagamento de juros. Isso, evidentemente, é uma situação insustentável.

DESTAQUES DA SEMANA

Análise de Conjuntura

BRASIL: "REVOLTA SOCIAL" SERÁ CRESCENTE

*Um dos principais críticos do projeto tucano dos anos 90, o cientista político José Luís Fiori parece tão insatisfeito com o rumo do governo Lula quanto o resto da esquerda brasileira. Mas ele acredita que o problema vai muito além do governo e foi buscar suas raízes na história dos socialistas e de suas experiências no Executivo. Em sua pesquisa, Fiori, que é professor titular de Economia Política Internacional da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), alinhou as dificuldades dos socialistas de terem programas originais de "gestão do capitalismo", justamente porque nasceram para lutar pelo fim do sistema, e não para administrá-lo. Essa retrospectiva histórica foi o tema desta entrevista à **Folha**, na qual Fiori, 58, afirma que o Brasil não pode suportar, como a Europa suporta, as políticas da Terceira Via, última etapa do revisionismo social-democrata. Ele cobra do governo petista "a ousadia dos suecos", que nos anos 30 inventaram o Estado de bem-estar social, "na contramão da ortodoxia da época". Mas descarta qualquer mudança enquanto a política econômica estiver na mão de "militantes do PSDB". "Não adianta sentar em cima da tampa da panela. É melhor olhar de frente e assumir que a maioria dos brasileiros não ganha nada com esse projeto e não tem o que perder no médio prazo. Portanto, é de se esperar uma revolta social crescente", diz Fiori, autor de **Brasil no Espaço** (Petrópolis: Vozes, 2001) e co-autor de **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações** (Petrópolis: Vozes, 1999), entre outros livros. De Fiori, **IHU On-Line** publicou um artigo na 41ª edição, de 4 de novembro de 2002, um artigo na 57ª edição, de 28 de abril de 2003, outro artigo na 58ª edição, de 5 de maio de 2003, uma entrevista na 64ª edição, de 16 de junho de 2003, outra entrevista na 69ª edição, de 4 de agosto de 2003, e um artigo na 86ª edição, de 1º de dezembro de 2003. A entrevista foi publicada no jornal **Folha de S. Paulo**, 9-5-04 e realizada pela jornalista Cláudia Antunes.*

Folha - Qual a relação entre o governo Lula e seu estudo sobre as dificuldades da esquerda de gerir o capitalismo?

José Luís Fiori - O governo provocou minha reflexão, mas faz tempo que acompanho esse tema. Os socialistas sempre discutiram muito questões de estratégia e de organização partidária, ou grandes temas teóricos, mas muito menos a gestão do Estado e da economia capitalista e, em particular, o problema de sua recorrente transformação quando chegam ao governo, explicada de modo simplista pela "teoria do purgatório": a necessidade de passar um tempo de joelhos para demonstrar que não vão mais jogar pedra em ninguém. Meu estudo diz respeito a um grupo minoritário dentro e fora do governo de coalizão do presidente Lula, mas vai muito além do governo, partindo da Revolução Inglesa de 1646/48.

Folha - O senhor fala de um enigma que nasceu com o pensamento socialista e que continua sem resposta. Pode explicar melhor isso?

Fiori - Gerrard Winstanley, líder intelectual da ala radical do exército de [Oliver] Cromwell, talvez tenha sido o primeiro a apresentar um programa comunista de governo para uma república. Para ele, não haveria liberdade enquanto não houvesse igualdade econômica, que só seria alcançada com a propriedade comunitária da terra. Essa idéia reapareceu várias vezes no século seguinte, mas talvez tenha sido com [Jean-Jacques] Rousseau que ela deu um salto estratégico, quando ele propôs, na segunda metade do século 18, que o Estado deveria ser o único proprietário, eliminando-se a origem de todas as desigualdades. No século 19, essa idéia assumiu uma forma mais consistente no programa mínimo de governo proposto por [Karl] Marx no final do Manifesto Comunista, de 1848. Só que Marx aumentou a dificuldade da equação ao propor simultaneamente a estatização da propriedade privada como caminho para o socialismo e como ponto de chegada do socialismo, quando a propriedade privada e o Estado deveriam desaparecer. Desde então, ora a propriedade e o Estado devem desaparecer, ora aparecem como instrumentos indispensáveis de poder para a construção do socialismo, numa circularidade que confunde os socialistas há muito tempo.

Folha - Como a esquerda lidou com essa contradição?

Fiori - Houve três respostas diferentes. A primeira foi a dos socialistas utópicos, discípulos mais diretos de Winstanley, e depois dos anarquistas, que se colocaram contra todo tipo de poder e de Estado. Eles sempre defenderam a coletivização da terra e depois formas cooperativas de produção industrial, além da democracia direta. Sempre se negaram a discutir o que fosse uma gestão socialista do capitalismo. A segunda resposta foi a das revoluções comunistas, que optaram pela coletivização da propriedade e pela direção estatal e centralizada da economia, na linha anunciada no Manifesto. A crise dessas experiências colocou-as no limbo da história e até hoje não se fez uma avaliação rigorosa de seus sucessos e fracassos. Mas foram os socialistas europeus que mais pensaram essa contradição e que definiram os dois principais projetos de uma espécie de gestão igualitária do capitalismo.

Folha - Que projetos foram esses?

Fiori - O primeiro foi o dos partidos social-democratas ou trabalhistas da Alemanha, da Inglaterra e dos países nórdicos, que buscaram a construção do chamado Estado de bem-estar social, com políticas de pleno emprego e proteção universal, aplicadas por quase todos os governos social-democratas entre 1946 e 1980. O segundo projeto, cujo principal formulador talvez tenha sido o Partido Comunista Francês, partia do conceito de "capitalismo organizado" e apostava na possibilidade de um sistema mais igualitário, regulado e planejado a partir de um núcleo econômico estratégico estatal. Seu paradoxo é que acabou sendo o programa vitorioso

de vários governos do pós-Segunda Guerra, todos conservadores, sobretudo na França e no Japão, sem contar outros casos de desenvolvimentismo fora do núcleo das grandes potências.

Folha - O que levou os social-democratas a desistir do projeto de derrubar o capitalismo?

Fiori - Essa história pode ser resumida nas grandes ondas revisionistas em relação às idéias originais de Marx, para quem o capitalismo era sinônimo de progresso, mas também de desigualdade e crises sucessivas, que acabariam abrindo o caminho de sua superação. Essas revisões aconteceram, sobretudo, em função de estratégias eleitorais. O primeiro e mais famoso dos revisionistas, o alemão Eduard Bernstein, propôs, em 1894, uma primeira adequação das idéias de Marx às novas formas do capitalismo. Para ele, a natureza do sistema havia mudado e já não tendia mais a uma crise final nem a uma pauperização contínua da classe operária. O socialismo seria uma construção lenta a ser feita com base no poder conquistado eleitoralmente. Essa tese já era vitoriosa na hora da segunda onda revisionista dos anos 1950 e 1960, quando foi consagrada pela social-democracia alemã. Abandona-se a idéia da revolução e da estatização, só justificada em nome da eficiência econômica, e o que se propõe é a redistribuição de renda e de oportunidades por meio do pleno emprego e de políticas fiscais. Essa foi a grande mudança: socialistas e social-democratas começaram a ver no sucesso do capitalismo o caminho do seu próprio sucesso, a considerar que as políticas pró-capital seriam também, a médio prazo, pró-trabalho.

Folha - O Estado de bem-estar social foi mesmo obra dos social-democratas ou fruto de um momento histórico específico?

Fiori - As duas coisas. Seu impulso fundamental veio dos social-democratas, mas não há dúvida de que a partir de 1945 foi uma alternativa que contou a seu favor com o efeito-solidariedade da guerra e com a concorrência do comunismo, para não falar no apoio americano, até os anos 1970, à autonomia das políticas econômicas nacionais. Antes disso, porém, houve a coragem dos social-democratas suecos, caso quase único de invenção de um novo caminho na contramão da ortodoxia de uma época. Em coalizão com o Partido Agrário, eles conseguiram tirar a Suécia da recessão entre 1933 e 1938, inventando o que seria um consenso quase universal até o início da era neoliberal: o Estado de bem-estar e as políticas ativas no campo macroeconômico, as mesmas que receberam depois o nome de keynesianas [do inglês John Maynard Keynes].

Folha - Quais foram as circunstâncias dessa experiência?

Fiori - Foi na Suécia que pela primeira vez um partido social-democrata fez maioria no Parlamento e enfrentou o problema de gerir uma economia capitalista. Eles utilizaram uma política econômica anticíclica inspirada pelos economistas da Escola de Estocolmo. Inventaram políticas de criação de empregos, de construção de habitações populares, de proteção social universal etc. No início, foram as exportações que puxaram a economia para fora da crise, mas, a partir de 1934, o crescimento econômico sueco já era comandado pela demanda interna, empurrada pelo investimento público. Os social-democratas suecos também não tiveram receio de recorrer a políticas de corte mercantilista, protegendo sua produção doméstica, em particular a agricultura. São coisas que hoje parecem simples e até antiquadas, mas que foram revolucionárias no seu tempo.

Folha - O que o senhor chama de "teoria do purgatório" é um fenômeno recente?

Fiori - Não, é recorrente desde o início do século XX, quando os socialistas participaram de governos de coalizão durante as crises inflacionárias que se seguiram à Primeira Guerra. Na maioria dos casos, eles ficaram paralisados e foram derrotados pela "síndrome de [Rudolf] Hilferding", o grande economista marxista e social-democrata austríaco. Ao assumir o Ministério da Fazenda da Alemanha, em 1928, Hilferding apostou numa política ortodoxa que aumentou a recessão e o desemprego, sem conseguir controlar a inflação. Como consequência, foi expelido do ministério. O governo foi entregue logo depois a Hitler. Algo análogo, mas com efeitos menos trágicos, aconteceu com o Partido Trabalhista inglês, em 1929, e com o governo de Léon Blum, na França [1936/ 1937]. O fenômeno voltaria a ocorrer bem mais tarde. Em 1982, por exemplo, os socialistas franceses responderam à crise do franco optando por uma política macroeconômica ortodoxa.

Folha - Mas aí o quadro internacional já havia mudado de novo, não?

Fiori - Na verdade, a convergência entre políticas pró-capital e pró-trabalho só existiu nos 30 anos posteriores à Segunda Guerra, na chamada era de ouro do capitalismo. Não existiu antes nem depois, durante a restauração conservadora, quando o capitalismo voltou a ser igual ao que havia dito Marx: uma gigantesca força geradora de globalização e de progresso, mas, ao mesmo tempo, de desigualdade e crises.

Folha - Sem revolução no horizonte, qual pode ser a resposta da esquerda a essa nova era?

Fiori - A única resposta até agora foi a terceira onda revisionista, com o Novo Trabalhismo de Tony Blair na Inglaterra e a Terceira Via de Blair, do alemão [Gerhard] Schröder, do francês [Lionel] Jospin e do italiano [Massimo] D'Alema e de Fernando Henrique Cardoso. Só que agora não se tratava mais de concessões em nome da eficácia eleitoral, mas de uma nova estratégia de gestão do capitalismo que propunha desmontar parte do que foi construído antes. As políticas pró-capital de tipo neoliberal provocaram, em 20 anos, uma reconcentração gigantesca da riqueza, além de reduzirem o emprego e o salário em todos os países onde foram aplicadas. Hoje, os socialistas chegaram a um beco que parece quase sem saída, adotando uma estratégia alheia que os descaracteriza.

Folha - No caso do governo Lula, há saída para esse beco?

Fiori - Acho que ainda cabe a Lula, no tempo que lhe resta do mandato, demonstrar se terá ou não a ousadia dos suecos em 1930, para inventar um novo caminho para este país. Não se trata de fazer da Suécia um modelo a ser repetido, mas de ter a coragem de inovar e de não se submeter ao feijão com arroz imposto pelos Tesouros do mundo, sempre.

Folha - Isso ainda é possível?

Fiori - É perfeitamente possível. Mas tem que haver antes de mais nada a disposição de mudar, de inovar, mesmo ao preço de errar. Quem não erra não avança. Mas será impossível que isso aconteça enquanto o núcleo da política econômica continuar nas mãos de pessoas que são militantes, eleitores e até parlamentares do PSDB, que, além de estarem ligados ao principal partido da oposição, operam como representantes ou conexão dos interesses financeiros internacionais, públicos e privados. Essas pessoas não querem descobrir novos caminhos. Estão satisfeitas com o que está aí. Não só não sentem falta de uma opção como lutam contra qualquer tipo de alternativa. Para elas, a hora da utopia já chegou, é só sentar e esperar uma ou duas décadas mais, até que o capital internacional descubra a beleza dos

mercados brasileiros, apesar do estado de recessão, e a credibilidade infinita dos seus bons gestores.

Folha - Essa utopia é sustentável politicamente?

Fiori - Ao contrário do que muitos pensam, ela atende plenamente aos interesses de todas as grandes facções capitalistas e de amplos setores rentistas da classe média -basta ver os dados sobre os balanços e os lucros dos bancos e das grandes empresas industriais nestes anos recentes. Por isso ela dura há anos. O problema é que ela é radicalmente desagregadora pelo lado do trabalho e do povo, porque não produz crescimento, nem emprego, nem renda, nem traz ou promete mobilidade social. Por isso nós temos uma sensação de quase esquizofrenia quando lemos o que dizem, por exemplo, os brasileiros reunidos recentemente na praia de Comandatuba, na Bahia, em torno das figuras do ministro da Fazenda do governo Lula e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, hoje aclamado como a principal liderança da direita brasileira, e vemos o que está acontecendo com o povo e a sociedade, que estão estourando por todo lado. E não adianta sentar em cima da tampa da panela, é melhor olhar de frente e assumir como um dado de realidade que a maioria dos brasileiros não ganha nada com esse projeto e não tem o que perder no médio prazo, portanto é de se esperar uma revolta social crescente, gostem ou não os senhores de Comandatuba.

Folha - É comum a distinção entre capital especulativo e capital produtivo. Essa diferença acabou?

Fiori - A separação entre capital especulativo-financeiro e capital industrial é uma ficção que não existe mais, a não ser no caso das fabriquetas e botequins da economia de mercado, que, como dizia [o historiador francês Fernand] Braudel, nada tem a ver com o capitalismo, o mundo dos grandes predadores, que vivem do lucro extraordinário e revolucionam permanentemente as condições de produção e troca.

Folha - Essa remontagem histórica o deixa pessimista?

Fiori- Não. Eu vejo o beco em que estão as idéias e as políticas socialistas como um desafio. Acho que hoje existe muito pouco espaço e ânimo para alguma inovação entre os social-democratas europeus, que estão divididos e paralisados em quase todos os campos. Em compensação, nós vivemos num país tão desigual que é impossível que nossa sociedade não encontre um caminho inovador. O que pode ser suportável na Alemanha, na França ou mesmo na Espanha, ancorada na União Européia, não é suportável no Brasil. Aqui a Terceira Via é de direita, o que torna uma obrigação pensar um novo caminho e uma nova estratégia de gestão igualitarizante do capitalismo brasileiro, mesmo que por meio de um doloroso processo de tentativas e erros.

Entrevista da Semana

ROCINHA: PALCO DE MANOBRAS POLÍTICAS

*Thierry Linard de Guertechin, jesuíta belga, demógrafo, viveu durante 19 anos na favela da Rocinha, no Rio de Janeiro. Sobre sua vivência com este povo, o Pe. Thierry concedeu uma entrevista ao Informativo do Centro Cultural de Brasília, chamado **Companhia**, no. 46, maio de 2004. Thierry é, atualmente, diretor do*

Cias/Ibrades¹⁴, autor de diversos artigos publicados no campo dos estudos populacionais e co-autor do livro **População e Pobreza**, São Paulo: Loyola, 2003. É de sua autoria o artigo “**As Semanas Sociais Brasileiras e busca de um projeto para o Brasil**” publicado no livro NEUTZLING, Inácio (org.), **Bem Comum e Solidariedade. Por uma ética na economia e na política do Brasil**, São Leopoldo: Editora Unisinos, 2003, p. 197-207.

O Cias/Ibrades é um parceiro do IHU na promoção do Simpósio Internacional, a ser realizado nos próximos dias 24 a 28 de maio de 2004, na Unisinos.

Em que ano você chegou à Rocinha, por quanto tempo ficou morando no lugar e qual era a proposta de trabalho?

Thierry Linard de Guertechin - Quando cheguei ao Brasil, em novembro de 1975, fui convidado por um colega jesuíta para concelebrar a missa dominical na capela N.S. Aparecida. Depois deste primeiro contato e um trabalho pastoral e social de alguns anos no Centro Comunitário, sentimos, no decorrer de 1979, a necessidade de dar um salto qualitativo, indo partilhar a vivência desta comunidade favelada. Assim, resolvemos morar numa casinha perto da Capela e do Centro Comunitário. Como a maioria dos trabalhadores da Rocinha, de manhã cedo, íamos trabalhar no Cias-Ibrades e na PUC, voltando à noite para participar de reuniões, seja de cunho social. Esta inserção se encerrou em 1998, quando o Cias-Ibrades se mudou para o Centro Cultural de Brasília - CCB, mas graças a Deus, uma certa convivência continuou indo me hospedar na Rocinha em cada viagem ao Rio de Janeiro.

Vivendo o dia-a-dia da Rocinha por tanto tempo, como você descreveria a realidade do lugar, as famílias, a juventude?

Thierry Linard de Guertechin - A favela é o lugar do pobre, porque ele não tem onde morar. Não tanto os pobres nascidos na cidade ou no Estado do Rio de Janeiro, mas migrantes que não tinham como sobreviver no interior do Ceará ou da Paraíba. São milhares de pessoas que se juntaram para formar uma verdadeira cidade com uma densidade populacional altíssima. Para se ter uma idéia, são 5.000 habitantes por hectare, bem diferente do nosso ambiente aqui no CCB. As primeiras gerações de migrantes tinham orgulho de ter conseguido um emprego e ter construído um barracão. Os problemas maiores eram, e ainda são em parte, a falta de luz e água e o problema do lixo e das valas negras. As lutas comunitárias começaram com a organização da população para uma infra-estrutura melhor. Hoje, para os jovens, mais que antes, há o grande problema do subemprego e desemprego, o que tem um impacto sobre a vida das famílias.

O que vemos no noticiário nos últimos meses sobre a Rocinha não é novidade para ninguém e, muito menos, para os governos municipal, estadual e federal. Na sua opinião, qual o fator responsável pelo estado de abandono dessa população?

Thierry Linard de Guertechin - Não falaria de um estado de abandono. Hoje as favelas são herança das antigas *senzalas* e, de um certo modo, nunca foram abandonadas pelo poder executivo, pois o poder público brilhou por uma ausência histórica. A única “presença” do estado era a polícia com suas incursões marcadas pela violência e desrespeito à população.

¹⁴ CIAS significa: Centro de Investigação e Ação Social. Fundado no Rio de Janeiro, a pedido do Superior Geral dos Jesuítas, o Cias é uma iniciativa brasileira que se soma a outros Cias da América Latina. Ibrades significa: Instituto Brasileiro de Desenvolvimento. Trata-se de um Instituto vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, dirigido pelos jesuítas. A sede do CIAS/Ibrades é em Brasília, DF. Para saber mais cf. www.ccbnet.org.br

Somente, nestes últimos 20 anos, concomitante às *invasões policiais*, começou a *invasão do social* com a implantação de alguns serviços públicos.

A completa omissão do Estado, o domínio do tráfico e, agora, a disputa pelo poder na favela. Há como reverter este quadro?

Thierry Linard de Guertechin - O problema não é tanto a omissão do Estado, mas o uso como manobra política das populações faveladas pelos diferentes poderes públicos que entram em concorrência. Tradicionalmente no Rio, o poder municipal é de um partido, o estadual é do outro e o federal também. Quem paga a conta destas brigas pelo controle político é a própria população. Quando o tráfico toma posição, entrando na luta política, como já aconteceu no passado, a vida das populações se complica, sobretudo o pessoal organizado em movimentos comunitários e associações diversas.

Os moradores da Rocinha, ao mesmo tempo que temem o traficante, o consideram um “protetor”. É a lei da sobrevivência?

Thierry Linard de Guertechin - Diante de um certo vazio, incapacidade e, às vezes, cumplicidade de instâncias públicas com o tráfico, este exerce um papel “estabilizador” na comunidade favelada, fazendo reinar uma certa segurança, intervindo nas famílias em caso de brigas ou situações de miséria. O tráfico tem interesse em conquistar a simpatia da população, o que a polícia não está conseguindo obter nas suas intervenções. A “segurança” do tráfico tem um preço. É o jogo bem conhecido, em outras áreas, das políticas de favores.

População estigmatizada no mercado de trabalho, menor taxa de escolaridade da cidade do Rio de Janeiro, segundo pesquisas recentes, que futuro você arriscaria para a considerada maior favela do País?

Thierry Linard de Guertechin - Na Rocinha, mora muita gente para o espaço ocupado, o que faz com que bom número de moradores trabalhem na própria favela e estes são estigmatizados, pois suspeitos de atividades mais ou menos paralegais. A carteira assinada é um documento valioso (não o da empregada doméstica) e serve de salvo-conduto nas *blitz* da polícia. Quanto à escolaridade, é o poder público que mereceria ser estigmatizado pela incapacidade de atender à população em idade escolar. Quando há vagas nas escolas, faltam professores; quando há professores, não há vagas.

Nos próximos dias você estará, novamente, na Rocinha para passar alguns dias. Como você é recebido por lá? Não se sente apreensivo com os últimos acontecimentos?

Thierry Linard de Guertechin - Quando, passando alguns dias na Rocinha, o povo me encontra na rua e nos becos, os mais conhecidos me cumprimentam, matando as saudades, e os menos conhecidos acham que estou de volta de vez... Este reconhecimento é importante para minha segurança, me permite ir caminhando em qualquer parte e a qualquer hora. Com os últimos acontecimentos, vou ter que ficar mais prudente como qualquer outro morador.

Há algo mais que você gostaria de deixar registrado sobre a Rocinha?

Thierry Linard de Guertechin - Passei um bom pedaço da minha vida na Rocinha e fiquei marcado para sempre. Por minha formação e história pessoal, nunca fui, ou sou, ou serei favelado apesar dos anos que passei lá. Mas não sou mais o mesmo. A convivência com este povo, as amizades até hoje bem vivas me “transfiguraram” em ser mais jesuíta. São os pobres que nos evangelizam.

No Distrito Federal, temos a invasão da Estrutural, que muitos de nós vimos crescer em curto período. Como demógrafo, o que você tem a dizer sobre as condições desta população e, de um modo geral, da questão das invasões na capital brasileira?

Thierry Linard de Guertechin - Brasília, cidade moderna, tinha o projeto de ser modelo de urbanismo social. Por falta de mudanças sociais, políticas e culturais, o paradigma da *casa grande e senzala* está continuando em perpassar as estruturas sociais e culturais do País. Esta realidade de dominação e desigualdade estrutural é visível na paisagem, atingindo o entorno de Brasília. É a mesma história de sempre. Até quando? Até derrubar a perniciosa e falsa relação sociogeográfica da *casa grande – senzala* e começar uma nova história de vida, justiça e paz

Deu nos jornais

A disputa em torno da Unctad - EUA x países em desenvolvimento

“O papel da Conferencia das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) será alvo de disputa em sua próxima reunião ministerial, que será realizada de 13 a 18 de junho próximo, em São Paulo”, informa o **Valor Econômico**, 30-4-04. A Unctad tem criticado o caráter assimétrico da globalização. Particularmente tem se destacado nas críticas o brasileiro que preside a Unctad, Rubens Ricupero. “A batalha se dará em torno da versão do documento base do encontro, que foi entregue aos 192 países membros da Unctad pelo presidente do comitê preparatório, o embaixador chinês Shu Zukang. O texto dá ênfase a boa parte das demandas dos países em desenvolvimento. O documento de 25 páginas e 115 parágrafos preserva o mandato da Unctad e não sinaliza nenhuma mudança em seu papel pelos próximos quatro anos, contrariando intenções de países industrializados, principalmente do governo dos Estados Unidos, para esvaziar a entidade”, informa o jornal **Valor Econômico**. A notícia dá conta ainda que “dezenas de Organizações não Governamentais (ONGs) denunciaram em comunicado que países industrializados, principalmente os Estados Unidos, querem ‘solapar’ o mandato da Unctad, em São Paulo, e reduzir sua participação nas questões de comércio e desenvolvimento”, e continua, “desde o começo da preparação do encontro de São Paulo, os Estados Unidos são acusados de tentar esvaziar os debates, para limitar o papel da Unctad à assistência a países mais pobres e não se dedicar a estudos e pesquisas sobre a economia internacional e temas do desenvolvimento”. Rubens Ricupero - que preside a Unctad - é um dos convidados do Simpósio Internacional *O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI*, promovido pelo IHU e a Unisinos, que se realizará de 24 a 27 de maio, no Anfiteatro Pe. Werner. Ricupero abrirá o evento no dia 24 de maio, às 18h, com palestra sobre o tema *A grande transformação socioeconômica da sociedade capitalista pós-moderna: desafios e perspectivas tendo em vista o lugar da universidade e da teologia no século XXI*.

Monsanto fica com R\$ 45 milhões da safra gaúcha

“A americana Monsanto começou a receber, em abril, os royalties pela comercialização da produção brasileira de soja transgênica da safra 2003/04. Na temporada, a cobrança de R\$ 0,60 por saca vendida envolveu apenas produtores do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Cálculos aproximados indicam que a receita deverá alcançar quase R\$ 45 milhões, mesmo considerando-se a quebra na produção, em virtude da forte estiagem que atingiu a região sul. No Rio Grande do Sul, onde cerca de 80% da safra de soja é geneticamente modificada, o clima deve reduzir a produção de 9,5 milhões de toneladas para 5,5 milhões, conforme a última estimativa da Conab. Em Santa Catarina, o percentual de soja transgênica nas lavouras é

mínimo”, revela matéria do **Valor Econômico**, 04-5-04. “Para a próxima safra, Felipe Osório, diretor de marketing da Monsanto no Brasil, adiantou que os *royalties* cobrados passarão a R\$ 1,20, patamar inicialmente calculado para 2003/04”.

ONGs e a terceirização do papel do Estado

“Enxuto, o Estado tem delegado, cada vez mais, funções para a sociedade civil”. A verificação se encontra na matéria *A força das ONGs no governo*, de Catia Seabra d’**O Globo**, 3-5-04. Destaca a matéria que “obrigado a cortar R\$ 1 bilhão de verbas de custeio em 2004, o governo federal descobriu que, só no ano passado, destinou quase R\$ 1,3 bilhão para entidades privadas sem fins lucrativos, em transferências diretas e sem licitação. O terceiro setor transformou-se em braço do Estado, o que preocupa o governo e as próprias organizações não governamentais (ONGs)”. Um dos setores citados como exemplo da importância do terceiro setor é a prestação de serviços aos índios. “Em 34 distritos sanitários no País, as próprias organizações indígenas têm sido encarregadas da saúde e do saneamento nas tribos. Por enquanto, são as associações indígenas - assessoradas por brancos - que compram medicamentos, equipamentos, combustíveis e até carros para a execução dos programas de melhoria sanitária e saúde indígena”. Porém, “a área indígena não é a única em que a sociedade civil abraça tarefas de Estado. Segundo dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi), as cooperativas de assentados têm recebido verbas do Inbra para elaborar projetos da reforma agrária. A Animação Pastoral e Social no Meio Rural, por exemplo, recebeu R\$ 4,7 milhões para prestação de serviços de assistência técnica aos projetos de assentamentos. Para a Cooperativa Central de Reforma Agrária do Paraná, foram R\$ 836,6 mil”. Em relação a esse fato, Jorge Eduardo Saavedra Durão, diretor-geral da Abong, diz que “as ONGs não podem ser usadas para a terceirização do papel do Estado” e defende a atuação na discussão de políticas, mas não em sua execução.

Raposa Serra do Sol sinalizará o rumo da política indigenista

“O presidente Luiz Inácio Lula da Silva ainda não decidiu homologar a demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. Assim, persiste a principal pendência herdada quanto à demarcação das terras indígenas e se prolonga uma situação de conflito. Esta decisão - confirmar a demarcação ou reduzir a extensão demarcada - sinalizará o rumo da política indigenista no seu governo: se estará fundamentada na promoção dos direitos indígenas ou se priorizará interesses contrariados pelas demarcações”, a opinião é de Márcio Santilli em artigo para o **Jornal do Brasil**, 3-5-04. Márcio Santilli, ex-presidente da Funai (1995-96), é integrante do Conselho Diretor do Instituto Socioambiental (ISA). No artigo *Haverá política indigenista?*, Santilli afirma que “Lula já homologou 33 terras indígenas nos seus 16 meses de governo. É uma estatística razoável: Collor homologou 112 (33 meses), Itamar 16 (26 meses) e FHC 145 (oito anos). Mas foi um percurso sofrido”, e destaca, “a demarcação das terras indígenas é condição para uma política indigenista. Enquanto as terras não estão demarcadas, prevalece a lógica do conflito. Os esforços ficam centrados na luta pela terra. A presença de invasores favorece a transmissão de doenças e dificulta as atividades de produção. As relações entre vizinhos são mais tensas e não há clima para parcerias”.

Elevar o salário e impedir a concentração de renda

“Nossa força de trabalho não é nem a mais equipada nem a mais barata do mundo. Não sendo uma Dinamarca, o Brasil também não pode e não quer ser uma China: economia de navio negreiro, nunca mais”, afirma o prof. Roberto Mangabeira Unger, na sua coluna de 4-5-04, na **Folha de S. Paulo**. Para ele, o Brasil “precisa elevar o salário do brasileiro ao mesmo tempo

que impede os ganhos salariais de ficarem concentrados nos setores mais capitalizados da economia. Crescimento que não se baseie nessas duas diretrizes é crescimento sem aprofundamento de nosso mercado e sem valorização de nosso trabalhador. É, por isso mesmo, crescimento estreito e frágil.”

“Nenhum grande país dá ao trabalho parte tão pequena da renda nacional”

“Trocamos essas verdades justiceiras por dogmas pseudocientíficos. Exemplo dessas mistificações é a idéia de que aumento de salário real não pode ultrapassar melhora de produtividade: o avanço seria desfeito por inflação. Se isso fosse verdade, não haveria como explicar por que países em níveis semelhantes de desenvolvimento divergem dramaticamente na maneira de repartir a renda nacional entre o capital e o trabalho, mesmo depois de levadas em conta diferenças naturais e demográficas. A divergência vem da política e das instituições, não das estrelas. Nenhum grande país de renda média (exceto o México) dá ao trabalho parte tão pequena da renda nacional quanto o Brasil. Nenhum tolera desigualdades tão extremas dentro do assalariado. E nenhum, agora, cresce tão pouco. Não foram as leis da economia que nos condenaram a tudo isso. Fomos nós que nos condenamos.”

Desenvolvimento com justiça requer a valorização do trabalho

“A valorização do trabalho e do trabalhador é, junto com a ampliação do acesso ao crédito, à tecnologia e ao conhecimento e com a elevação da qualidade do ensino público, o eixo daquilo que o País mais quer - desenvolvimento com justiça. O salário mínimo em alta faz parte disso. Para que o salário mínimo desempenhe seu papel, não pode servir de cifra simbólica, a ser multiplicada em toda a estrutura de salários e de aposentadorias. É esse efeito multiplicador, sacramentado na Constituição de 1988, o que perverte a discussão sobre salário em debate sobre déficit e inflação. O único vínculo que se deve admitir é o do salário mínimo com a aposentadoria mínima; nada de lançar ministros da Fazenda contra trabalhadores pobres. A política do salário mínimo deve ser o ponto em que se encontram a luta para aumentar a parcela que cabe ao trabalho na renda nacional e o esforço para diminuir desigualdades entre os trabalhadores. Em vez disso, virou mais uma oportunidade para sacrificar compromissos a superstições e ornamentar injustiças com mentiras”, termina Roberto Mangabeira Unger.

Os donos do poder

O economista Luís Nassif, colunista da *Folha de S. Paulo*, em sua coluna na edição de 5-5-04 estabelece uma radiografia dos “donos do poder no Brasil”, desde Collor até Lula. Diz ele que “o maior desafio político do Brasil nos próximos anos será conter o extraordinário apetite dos novos grupos que surgiram no País, a partir da privatização dos anos 1990. Quando deu início ao processo de abertura da economia, Fernando Collor de Mello se deu conta de que, no rastro da desregulamentação da economia, surgiriam novos grupos que desbalanceariam o jogo do poder no setor privado. Sem relações maiores com setores mais sofisticados, apostou suas fichas para grupos como os de Wagner Canhedo, que levou a Vasp, e os irmãos Martinez, da CNT”.

No governo FHC

Já “no governo FHC – afirma Nassif -, o jogo foi mais sofisticado, e a privatização foi feita com a nova classe dos empresários financeiros, mais alguns não-financeiros que conseguiram pegar carona no processo, grande parte com recursos de terceiros. Grupos industriais tradicionais foram jogados para o segundo plano, e o setor financeiro tradicional foi conquistado com as

benesses da política monetária. Tomando o controle de grandes corporações privatizadas, esses novos grupos passaram a acumular um poder sem paralelo na história moderna do País. Em geral, estão entre os maiores anunciantes da mídia. São também os maiores contratantes de pareceres. Conseguiram o poder da pena de consultores econômicos com espaço na mídia e dos maiores escritórios de advocacia do País, estendendo sua influência sobre a Justiça e as agências reguladoras. Tudo com recursos das empresas das quais assumiram o controle”.

No governo Lula

Em relação ao governo Lula, Nassif, afirma: “No poder, a estratégia do PT não foi a de enquadrar, mas a de cooptar esses grupos, trocando velhas alianças pelos novos grupos, e com menos sutileza que FHC no controle das agências. Documentos recentes que circularam, demonstram que minutas para reajustes de tarifas foram preparadas nos próprios escritórios de companhias telefônicas. A sucessão da CVM irá cair no colo de um aliado do presidente atual. Constituídos para arejar o ambiente econômico do País, esses grupos são hoje o ponto central de influência política e candidato certo a crises políticas futuras. Se não tratarem de moderar o apetite e adotar ações legitimadoras, serão o tema preferencial de qualquer campanha de oposição. Seu poder está se tornando uma questão de segurança nacional”.

“O mercado não constrói futuro”

A opinião é de Carlos Lessa, presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES), em entrevista para o *Jornal do Brasil*, 5-5-04. Quando perguntado sobre o papel do BNDES, Lessa afirmou que “o BNDES tem tantas ações que se ele vender 10% de ações ele quebra a bolsa. Não tem mercado. Qual é o sonho do brasileiro? Ter uma sociedade com renda per capita mais alta e soberania. O que é o Projeto de Nação? Está no futuro e não tem relação com o mercado. O mercado não constrói futuro, é para o presente. O papel do BNDES é construir o futuro. O BNDES é o segundo maior banco de desenvolvimento do mundo. O que está por trás do BNDES? O futuro do País. Mercado não faz isso. Mercado tem algum interesse no pobre que não tem dinheiro para nada?”.

“O que falta é investimento estatal”

Perguntado sobre o que falta para o processo de crescimento, Lessa respondeu: “falta investimento estatal. Tenho dito que o governo precisa elevar sua taxa de investimento. A grande vantagem é que o investimento do governo puxa o crescimento e deve ser feito em áreas de retorno social, como saneamento, construção civil, infra-estrutura. É necessário um esforço para elevar a taxa de investimento. A elevação da taxa de investimento passa muito pelo ânimo dos empresários. É muito difícil nós termos um crescimento robusto se não elevarmos a taxa de investimento a pelo menos 20% do PIB”.

Furtado: “se não houver mudanças, o Brasil estará dando um passo atrás”

“O economista Celso Furtado, candidato ao Prêmio Nobel de Economia 2004, criticou de forma indireta, a política econômica do governo Lula, e previu que, ‘se não houver mudanças, o Brasil estará dando um passo atrás’. A mensagem de Furtado foi lida pelo seu filho mais novo, o economista André Furtado, da Unicamp, na abertura da conferência *Repensar a Teoria do Desenvolvimento num Contexto de Globalização*, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)”, relata matéria do jornal *Valor Econômico*, 5-5-04. “O evento é uma homenagem a Furtado, que em julho completará 84 anos. Como não pôde comparecer, pois encontra-se na França, em tratamento médico, ele enviou o texto, intitulado *Os desafios da nova geração*. Em um dos trechos do documento, o decano dos economistas brasileiros diz que a recessão pela

qual passa o Brasil tem sua principal causa no corte dos investimentos públicos, o que gera efeitos 'nefastos' nas regiões mais dependentes das ações governamentais. E completa: 'Forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos de sua economia, a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por beneficiários de altas taxas de juros é algo que escapa a qualquer racionalidade'".

Prolongado período de retrocesso econômico?

No documento, Furtado diz não entender como não se defenda com empenho o direito a desenvolver o País. E vaticina: "Se continua a prevalecer o ponto de vista dos recessionistas - aqueles que colocam os interesses de nossos credores acima de outras considerações na formulação da política econômica - temos de nos preparar para um prolongado período de retrocesso econômico, que conduzirá ao desmantelamento de boa parte do que se construiu no passado".

Mortes causadas pela poluição dos carros

Um estudo da Agência Francesa de Segurança Sanitária Ambiental (Afsse) indica que, em 2002, entre 6.453 a 9.513 pessoas com mais de 30 anos teriam morrido por exposição à poluição de partículas finas, emitidas especialmente pelos carros. Em 2002, entre 670 a 1.117 casos de câncer de pulmão, na faixa etária acima de 30 anos, poderiam ser atribuídos a este tipo de poluição, segundo hipóteses levantadas pela Afsse. No campo da mortalidade por doenças cardiovasculares, o número oscilava entre 3.334 e 4.876 casos, em 2002. Entre as medidas preventivas levantadas pela Agência, estão basicamente duas: "acelerar o equipamento de todos os veículos pesados com filtros, começando pelos veículos leves", mas também sugere "uma medida central sobre o desenvolvimento do transporte coletivo de qualidade e que se limite o número de carros no centro da cidade". As informações são do **Le Monde**, 6-5-04.

Parceria IHU e CEPAT

A atualização diária do sítio do IHU (www.ihu.unisinos.br) da semana passada, de terça-feira, dia 4 de maio, a sexta-feira, dia 7 de maio, foi feita pelos/as colegas do Centro de Pesquisa e Apoio aos Trabalhadores – CEPAT, com sede em Curitiba.

IV Semana Social Brasileira

Mutirão por um novo Brasil" reflete opção da Igreja Católica é a manchete da notícia publicada pela agência Carta Maior, 7-5-04. A notícia se refere ao Seminário Nacional, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, que abriu o processo da IV Semana Social Brasileira, com o tema "Mutirão por um novo Brasil". O Seminário realizou-se, em Brasília, nos dias 6 a 9 de maio de 2004. Quatro grandes eixos temáticos foram analisados no seminário: O Estado e o seu papel, assessorado pela profa. Tânia Bacelar – UFPE; Soberania versus Império, assessorado por Marcos Arruda – Pacs/RJ, Forças Sociais, assessorado pelo prof. Rudá Ricci – PUCMG e Exclusão Social e Trabalho Precário, assessorado por Inácio Neutzling, coordenador do IHU, Unisinos. A IV Semana Social Brasileira também foi o tema do artigo de D. Luciano Mendes de Almeida publicado no jornal **Folha de S. Paulo**, 8-5-04. Segundo a agência Carta Maior, as Semanas Sociais foram iniciadas "em 1991, com o tema do trabalho. "O processo institucional de diagnóstico, identificação de desafios e proposição de caminhos para

a realidade brasileira se repetiu de 1993 a 1994 (sob o lema: “O Brasil que queremos”) e voltou a se realizar, pela última vez, no triênio 1997-1999, com enfoque na dívida externa. No seu conjunto, as semanas sociais foram fundamentais, entre outras manifestações práticas, para o lançamento do Grito dos Excluídos, do Plebiscito Nacional da Dívida Externa e da Campanha Nacional contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca). A 4ª Semana Social Brasileira, portanto, vem cinco anos depois do encerramento do ciclo do encontro anterior e definirá uma agenda de mobilizações do nível nacional ao local que vai até 2006”.

Frases da semana

Eleições de 2006 começam neste ano!

“Considero 2004 o primeiro turno de 2006”. - Sílvio Pereira, secretário-geral do PT - **Valor Econômico**, 2 e 3-5-04.

“Criamos expectativa alta para um prazo curto. Esquecemos que só temos quatro anos”. - Sílvio Pereira, secretário-geral do PT - **Valor Econômico**, 2 e 3-5-04.

Direitos Indígenas

“A política indigenista será o que seja a política. Se temos uma política neoliberal, a causa indigenista não cabe. É uma causa perdida. Se obedecemos ao FMI, não poderemos obedecer às reivindicações dos povos indígenas. Se partimos para uma política economicista capitalista, não só a causa indígena, mas a causa de todos os pobres (que são a imensa maioria) é perdida”. - Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, na audiência pública Direitos Humanos e Direitos Indígenas, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados – **Agência Carta Maior**, 5-5-04

“Com os zapatistas maias, todos os povos indígenas da Ameríndia, do mundo, nos recordam, com pleno direito: ‘Nada sem nós’. ‘Povos-testemunhas, segundo Darcy Ribeiro, esses povos são também povos-profecia, memória do nosso futuro. Sem eles, não seremos nós”. – Dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Félix do Araguaia, na audiência pública Direitos Humanos e Direitos Indígenas, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias na Câmara dos Deputados – **Agência Carta Maior**, 5-5-04.

“Há muita tergiversação. Costura política demais pode acabar rifando os direitos dos índios. Multiplicam-se comitês de governo, mas não se decide e realiza, o que só arrasta e reacende conflitos. Diria que na política indigenista sobra costura e falta postura”. - Manuela Carneiro da Cunha, professora aposentada da USP, hoje na Universidade de Chicago – **Folha de S. Paulo**, 10-5-04.

O Salário Mínimo e os aposentados

“É a operação mata-o-velho”. – Antônio Carlos Domingues da Costa, presidente da Associação Nacional dos Aposentados, Pensionistas e Idosos – Anapi – comentando a proposta do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de desvincular os benefícios da Previdência do salário mínimo – **Folha de S. Paulo**, 8-5-04.

“A desvinculação é uma sinalização social muito negativa”. - Ricardo Berzoini., ministro do Trabalho – **Folha de S. Paulo**, 8-5-04.

Política econômica irracional

“Forçar um país que ainda não atendeu às necessidades mínimas de grande parte da população a paralisar os setores mais modernos da economia, a congelar investimentos em áreas básicas como saúde e educação, para que se cumpram metas de ajustamento da balança de pagamentos impostas por beneficiários de altas taxas de juros é algo que escapa a qualquer racionalidade”. – Celso Furtado, economista – **Folha de S. Paulo**, 5-5-04.

“Nos EUA, os ortodoxos não são idiotas como os daqui”. – Maria da Conceição Tavares, economista – **Folha de S. Paulo**, 5-5-04.

“Se eu ganhar a Presidência para fazer o mesmo que o Fernando Henrique Cardoso está fazendo, preferia que Deus me tirasse a vida antes. Para não passar vergonha”. – Luís Inácio Lula da Silva, em entrevista à revista Caros Amigos, novembro de 2000. A frase foi reproduzida pela jornalista Eliane Cantanhêde – **Folha de S. Paulo**, 9-5-04.

A crise do emprego no Brasil

“Os credores podem esperar, mas os desempregados, não” – Mensagem para o dia do trabalhador da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB – 29-4-04.

“Em face da ausência da perspectiva de trabalho e renda decente num país que não sabe o que é crescimento econômico sustentado nos últimos 25 anos, cerca de 150 mil jovens deixam anualmente o Brasil em busca de uma oportunidade no exterior” – Marcio Pochmann, economista, professor licenciado do Instituto de Economia da Unicamp, é secretário do Desenvolvimento, Trabalho e Solidariedade da Prefeitura de São Paulo – **Folha de S. Paulo**, 10-5-04.

“Hoje, prefeito na rua é sinônimo de pedido de emprego. O que encontramos nas cidades são o desalento e a tristeza”. - **Celso Giglio**, prefeito de Osasco (SP), pelo PSDB, e presidente licenciado da Associação Paulista dos Municípios – **Folha de S. Paulo**, 10-5-04.

MST: ideologia católica do séc. 19

“É estranho escutar a conversa de Machu Pichu numa época em que nossa imagem de radicalismo extremo é o MST, um movimento inspirado por uma ideologia católica do fim do século 19, cuja visão do futuro é um mundo arcaico de pequenos proprietários rurais em economia de subsistência, todos rezando o ângelus do fim do dia. Legal e bem melhor que a fome, mas é isso que chamamos de radical?” – Contardo Galligaris, psicanalista, comentando o filme “Diários de Motocicleta” – **Folha de S. Paulo**, 6-5-04.

Lula católico!

“Começa a ficar mais claro o que houve com Lula. Ele achava que mudar dependia da boa vontade do governante. Como católico que é (essa a sua “ideologia”, no fundo), imaginava que pessoas bem intencionadas, com ele próprio, fariam o “bem” uma vez no poder”. – Otavio Frias Filho – **Folha de S. Paulo**, 6-5-04.

EVENTOS IHU

Participe das atividades do Instituto Humanitas Unisinos

***IHU On-Line* COMEMORA EDIÇÃO 100**

O boletim eletrônico semanal do Instituto Humanitas Unisinos – ***IHU On-Line*** – está em festa. A presente edição, de número 100, é símbolo de uma trajetória de lutas e conquistas no decorrer dos dois anos e meio de existência da publicação. Para compartilhar esse momento tão importante com nossos leitores e colaboradores, o Instituto Humanitas Unisinos promove, na semana que se inicia, uma série de atividades abertas ao público em comemoração à sua centésima edição.

Criado em novembro de 2001, dois meses após a criação do Instituto Humanitas Unisinos, o boletim eletrônico semanal ***IHU On-Line*** é um espaço de comunicação, informação e discussão na Comunidade Universitária, aberto aos grandes desafios da sociedade de hoje, conforme os objetivos do Instituto Humanitas Unisinos. A primeira edição, no dia 19 de novembro de 2001, trazia informações sobre o IHU e dicas de livros e artigos que subsidiassem os integrantes do Instituto na reflexão sobre os grandes desafios da sociedade. Ele foi enviado por e-mail aos integrantes do IHU, da Reitoria e para coordenações das diversas Unidades de Ensino da Universidade, além de ter uma versão impressa de 15 exemplares, feitos nas impressoras do Instituto e distribuídos na Reitoria e nos postos de atendimento das Unidades de Ensino.

Um longo caminho foi percorrido entre aquele boletim de 9 páginas e os atuais, que oscilam entre 56 a 64 páginas, tendo passado por diversas transformações editoriais e gráficas que o aproximam, cada vez mais, de seu objetivo: um espaço de ousadia de ler e pensar o mundo, um espaço de experimentação de novas alternativas para a sociedade, um espaço de escuta de pessoas e instituições que estão pensando uma sociedade diferente e, portanto, um espaço que deixa um sabor de polêmica, de contradição, levantando novas perguntas.

Atualmente, o boletim é enviado a aproximadamente 2 mil endereços eletrônicos, além de todos os que o acessam no sítio do Instituto, www.ihu.unisinos.br, e conta com uma versão impressa de tiragem reduzida. ONGs, movimentos sociais, universidades, colégios e grupos sociais de perfis variados recebem-no semanalmente, além da comunidade universitária e de pessoas de outros países que conheceram o ***IHU On-Line*** através da participação da Unisinos no II e III Fóruns Sociais Mundiais, em Porto Alegre, em janeiro de 2002 e 2003, respectivamente.

Acompanhe e participe da programação do *IHU On-Line* n.º 100

Exposição comemorativa *IHU On-Line* n.º 100

Data: 11, 12 e 13 de maio de 2004

Horário: 9h às 21h

Local: Espaço Cultural do IHU

Atividades Paralelas à Exposição

Dia 11/05/04

Abertura oficial da exposição

Entrega oficial dos três volumes encadernados do *IHU On-line* à Biblioteca Central

Lançamento dos *Cadernos IHU* e sessão de autógrafos com os autores

Horário: 18h30min

Local: Espaço Cultural do IHU

Dia 12/05/04

Bate-papo com leitores

Horário: 18h

Local: Espaço Cultural do IHU

Inauguração da exposição permanente das obras do Humanitas Arte

Horário: 19h

Local: Hall/recepção do IHU

Dia: 13/05/04

IHU Idéias – “O declínio do regime autoritário e a redemocratização do Brasil “

Prof. Dr. Carlos Arturi – Professor na UFRGS

Horário: 17h30min

Local: sala 1G119

Encerramento da exposição no Espaço Cultural

Horário: 18h30min

Local: Espaço Cultural do IHU

CADERNOS IHU

Amanhã, dia 11 de maio, às 18h30min, no Espaço Cultural da Unisinos, durante a semana comemorativa da centésima edição de *IHU On-Line*, será lançada oficialmente uma nova publicação do Instituto Humanitas Unisinos. Trata-se dos ***Cadernos IHU***. Desde o início deste ano foram publicados os seguintes números: n.º 1 - ***O Imaginário Religioso do Estudante na Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos*** (Hilário Dick); n.º 2 – ***O Mundo das Religiões em Canoas*** (José Ivo Follmann, Adevanir Aparecida Pinheiro, Inácio José Sphor, Geraldo Alzemiro Schweinberger); n.º 3 – ***O Pensamento Político e Religioso de José Martí*** (Werner Altmann); e n.º 4 – ***A Construção da Telerrealidade: O Caso Linha Direta*** (Sonia Montañó).

Esta nova publicação se soma aos ***Cadernos IHU Idéias***, ao boletim semanal *IHU On-Line* e ao ***Multitextos***. No lançamento estarão presentes os autores dos quatro ***Cadernos IHU***. O próximo caderno, de número 5, intitula-se ***Pelo êxodo da sociedade salarial – a evolução do conceito de trabalho em André Gorz***.

IHU IDÉIAS

O tema da última sessão do ***IHU Idéias***, realizada dia 6 de maio de 2004, foi *A atualidade do pensamento ético de Kant para o séc. XXI*, e foi apresentado pelo Prof. Dr. Valério Rohden, professor titular de Filosofia na Universidade Luterana do Brasil (Ulbra). Entre suas colocações, o professor Valério falou sobre a importância da contemporaneidade de Kant através de sua

ética, que é de nosso tempo. Ele enfatizou a crítica kantiana ao solipsismo¹⁵ prático, que é indiferente à razão prática pura. “Para Kant, isso é uma contradição, pois ele defende que a razão prática não é solipsista”, afirmou.

Ecos do evento

“Foi uma exposição clara, muito bem argumentada. Um exemplo de aula de uma leitura de um texto filosófico. Se a academia tem uma função, é essa: trabalhar textos da tradição ocidental em espaços de discussão como esse. A Universidade só tem a ganhar”.

Prof. MS Gerson Neves Pinto, das Ciências Jurídicas da Unisinos.

“O professor Valério usou de uma transparência facilitadora do tema em sua exposição. Com sua simplicidade, ele tornou acessível a correlação entre os conceitos mencionados. A questão da universalidade das massas na base da conduta ética foi fundamental em sua palestra”.

Leandra Stela Leão, aluna do curso de Direito na Unisinos.

PRÓXIMO IHU IDÉIAS

O declínio do regime autoritário e a redemocratização do Brasil

O Prof. Dr. Carlos Schmidt Arturi integra o Instituto de Filosofia e Ciências Humanas do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Ele será o responsável por conduzir o tema *O declínio do regime autoritário e a redemocratização do Brasil* no próximo **IHU Idéias**, dia 13 de maio de 2004. Graduado em Engenharia Civil, em Ciências Sociais – Licenciatura e Bacharelado, é mestre em Ciência Política, sendo esses cursos realizados na UFRGS. O título de sua dissertação de mestrado é *Empresariado Industrial e Abertura Política no Brasil*. É doutor em Cycle Supérieur D'études Politiques pelo Institut D'études Politiques de Paris (IEP), na França. Sua tese intitula-se *Le Brésil: une tentative de démocratisation octroyée (1974 - 1985)* e foi publicada pela editora Presses Universitaires de Septentrion, de Villeneuve d'Ascq, em 2000. O evento acontece todas as quintas-feiras, na sala 1G119 do IHU, das 17h30min às 19h, é gratuito e aberto a toda a comunidade acadêmica. Confira, a seguir, a entrevista concedida por Carlos Arturi ao **IHU On-Line**, por e-mail, na última semana.

IHU On-Line - Quais as principais idéias que o senhor desenvolverá na apresentação do tema *O declínio do regime autoritário e a redemocratização do Brasil*?

Carlos Arturi - Na palestra, o foco da análise estará centrado no processo de democratização no Brasil, a partir de meados da década de 1970, com o projeto de “distensão” política proposto pela presidência do general Ernesto Geisel (1974-85), até a eleição direta de Collor de Mello em 1989. Mais especificamente, abordaremos as causas da transição política e suas conseqüências para a consolidação do regime democrático no País.

IHU On-Line - Que características teve a “transição lenta, gradual e segura” e que conseqüências ela trouxe para a retomada da democracia no Brasil?

¹⁵ Doutrina segundo a qual a única realidade no mundo é o eu. **Nota do IHU On-Line**

Carlos Arturi - A tentativa que os dirigentes autoritários fizeram para liberalizar, gradualmente e sob controle, o regime militar e institucionalizar uma democracia "forte", na qual as forças armadas mantivessem um direito de veto sobre a vida política do País foi relativamente bem-sucedido em seus propósitos. Com efeito, o processo de liberalização política no Brasil foi, entre todos os casos recentes de transição, o mais controlado pelos dirigentes autoritários e aquele em que os membros de sua elite civil garantiram não só sua sobrevivência política como ampla participação no poder após a democratização. As Forças Armadas conseguiram prerrogativas políticas extraordinárias, que as mantêm como um dos atores políticos centrais, com grande poder informal, sobretudo em momentos de crise política. A longa duração e a evolução extremamente gradual da fase de liberalização política, assim como a utilização da competição eleitoral como recurso institucional privilegiado da transição, criaram no mundo político brasileiro uma percepção de "normalização" do processo, conduzido sob o controle e segundo as regras impostas unilateralmente pelos detentores do poder. Essas regras foram como que "naturalizadas" nas avaliações, cálculos e elaboração de estratégias pelos principais atores políticos ao longo do período. O fator "tempo" revelou-se fundamental para o alargamento progressivo do setor moderado da oposição e daquele reformista do regime. Nesse sentido, a perda de controle sobre a transição, ao final da presidência Figueiredo, significou a autonomização da lógica do processo, originado por uma estratégia voluntarista dos dirigentes do regime e modelado pelas características mais tradicionais da vida política brasileira: a conciliação "pelo alto" e a centralidade política dos militares.

***IHU On-Line* - Por que é importante para o presente político brasileiro compreender os anos de declínio da ditadura e a redemocratização?**

Carlos Arturi - Devemos conhecer nossa história recente, porque, em primeiro lugar, mostramos o valor da democracia e da luta por sua conquista, sobretudo numa época de muito desencanto com a política, como a que estamos vivendo. Em segundo lugar, os principais constrangimentos à consolidação do regime democrático no Brasil devem-se ao sucesso da estratégia de liberalização do regime autoritário implementada com alto grau de voluntarismo e controle do processo político pelas presidências Geisel e Figueiredo. Isso, não obstante as dificuldades encontradas pelo General Figueiredo (1979-1985) para conduzir o processo político e sua sucessão nos últimos anos de seu governo, devido às pressões e à mobilização crescente da oposição e de amplos setores sociais que exigiam a democratização efetiva e imediata do País. Esta transição, através de negociações facilitou, por um lado, a democratização, mas por outro, dificultou a consolidação do novo regime democrático, pois implicou grande continuidade política de pessoas e práticas do antigo regime, até os dias de hoje.

***IHU On-Line* - O que é necessário mudar no atual sistema democrático brasileiro, para que ele possa responder aos principais problemas do País?**

Carlos Arturi - De uma perspectiva essencialmente política, na minha opinião, é preciso aprofundar o regime democrático e estender os direitos civis às camadas mais pobres da sociedade.

***IHU On-Line* - Quais as semelhanças e diferenças na transição para a democracia entre o Brasil e os outros países da América Latina?**

Carlos Arturi - Uma particularidade importante a ser ressaltada que diferencia a autocracia brasileira de regimes similares na região foi o fato de apresentar a mais longa duração dentre todos, de ser o mais bem sucedido do ponto de vista econômico, o menos repressivo entre

seus congêneres e aquele no qual os militares como corporação, e não um militar, assumiram a responsabilidade pelo poder. O processo de democratização brasileiro apresenta também como uma de suas características centrais o fato de ter se desenvolvido através de negociações sob forte controle dos dirigentes autoritários, ao contrário do colapso da ditadura argentina, por exemplo. Sob esse aspecto, ele é similar ao caso espanhol. Eu alertaria que aos obstáculos políticos para a consolidação da democracia, que se originaram do processo de transição, devem ser acrescentados aqueles concernentes à crise econômica e à desigualdade social, bem como os decorrentes da profunda mudança no papel do Estado, pela qual passa atualmente a sociedade brasileira. Em suma, a consolidação da democracia no País ainda é apenas uma possibilidade alvissareira. Creio que outros aspectos poderão ser ainda abordados na palestra.

IHU IDÉIAS DIA 20 DE MAIO: SÃO LEOPOLDO: ARQUITETURA MODERNA E PERSPECTIVAS DE PATRIMÔNIO

O último *IHU Idéias* do mês de maio será no dia 20. O tema *São Leopoldo: arquitetura moderna e perspectivas de patrimônio* será apresentado pela Prof.^a MS Tânia Torres Rossari, das Ciências Exatas e Tecnológicas da Unisinos. Não haverá IHU Idéias no dia 27 de maio em função do Simpósio Internacional *O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI*, promovido pelo IHU, e que estará ocorrendo desde o dia 24 de maio.

CICLO DE ESTUDOS SOBRE “O MÉTODO” DE EDGAR MORIN

Na próxima quinta-feira, dia 13 de maio de 2004, das 14h às 17h, na sala 1G119, será realizado o segundo encontro do **Ciclo de Estudos sobre “O método”, de Edgar Morin**. Na ocasião, o Prof. Dr. Edgard de Assis Carvalho conduzirá o Seminário sobre O Método I: A natureza da natureza. O professor e pesquisador na PUCSP é pós-doutor em Antropologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales, da França. É autor de vários livros, entre eles **Ética, Solidariedade e Complexidade**. São Paulo: Palas Athena, 1998; **Edgar Morin: em busca dos fundamentos perdidos, textos sobre o marxismo**. Porto Alegre: Sulina, 2002; e **Enigmas da cultura**. São Paulo: Cortez, 2003.

A primeira edição do evento foi no dia 14 de abril de 2004, com a conferência de abertura O itinerário do pensamento de Edgar Morin, que esteve a cargo da Prof.^a Dr.^a Maria da Conceição Xavier de Almeida, da UFRGN. O professor Edgard concedeu uma entrevista ao **IHU On-Line** sobre sua apresentação no **Ciclo de Estudos**.

***IHU On-Line*-Qual a idéia central apresentada por Morin em A natureza da natureza?**

Edgard Carvalho - Em primeiro lugar, cabe esclarecer que a esse primeiro volume de *O Método* agregam-se mais quatro. Os cinco livros constituem um conjunto hologramático que, apenas por questões didáticas, podem ser analisados separadamente. A idéia central de *A natureza da natureza* é investigar a inseparabilidade entre natureza e cultura, ou, em outras palavras, que a cultura está na natureza e a natureza, na cultura.

IHU On-Line-O autor afirma, na introdução da obra, uma série de convicções, entre elas, ele que os nossos princípios de conhecimento ocultam aquilo que, doravante, é vital conhecer. A que ele está se referindo?

Edgard Carvalho - Edgar Morin refere-se à articulação entre ciência-política-ideologia. Reduzir uma instância à outra é perder de vista a essência do saber e as marcas antropossociais que cercam as gramáticas das criações culturais. Aqui reside a essência da ocultação. Desvendá-la supõe a reforma do pensamento e das instituições, além da regeneração da democracia planetária.

IHU On-Line - Quais são os conceitos dos quais, segundo o autor, nos servimos para conceber a nossa sociedade – toda a sociedade –, mas estão mutilados e conduzem a ações inevitavelmente mutiladoras? Como superar, segundo Morin, essa mutilação?

Edgard Carvalho- O pensamento mutilante é produto do grande paradigma do Ocidente que dualizou corpo - mente, sensível - inteligível, razão - afetividade. O homem precisa entender a si mesmo como um *sapiens-demens* simultaneamente racional e descomedido, louco. Em resumo, o homem precisa entender-se como um ser múltiplo, composto de uma pluralidade de duplos.

IHU On-Line-Como ele entende a ciência antropossocial e em que isso pode iluminar as nossas universidades?

Edgard Carvalho-A ciência antropossocial pressupõe a religação dos saberes. Um bom começo para efetivá-la é proceder à educação dos educadores para que eles se incumbam de transmitir às gerações futuras a esperança da regeneração do humano, a vitalidade das experiências da criatividade, a fertilidade das explosões do imaginário. Na Universidade, um bom começo seria investir na dialogia entre a cultura científica e a cultura das humanidades. Dialogizar sempre é uma ação cognitiva que rejunta o que, aparentemente, se encontra separado.

IHU On-Line - Por que é importante estudar *A natureza da natureza* para compreender melhor nossas sociedades contemporâneas?

Edgard Carvalho-O planeta Terra encontra-se hoje em situação de total descalabro. A voracidade dos progressos tecnológicos e a crença no antropocentrismo precisam ser superadas, para que a sociedade-mundo possa assumir-se como uma comunidade de destino, pautada pela sustentabilidade ecológica e pela preservação da memória cultural da humanidade. Somente uma ética mundial acoplada a éticas locais será capaz de incumbir-se desse projeto biopolítico, comum a todos nós.

IHU On-Line - Algum outro aspecto que não foi perguntado e seja importante acrescentar?

Edgard Carvalho-Edgar Morin é um dos pensadores mais representativos do século XX. Entender e meditar sobre o conjunto de suas idéias estimula-nos a ver os tempos futuros de modo mais otimista, mesmo que o caminho seja árduo e os ressentimentos e desavenças, por vezes, nos pareçam intransponíveis.

SALA DE LEITURA

Na última edição do evento **Sala de Leitura**, foi apresentado o livro ***Ethicidades televisivas. Sentidos identitários na TV: moldurações homológicas e tensionamentos*** (São Leopoldo: Unisinos, 2004), pela autora, Suzana Kilpp. A obra apresentada pela professora originou-se de sua tese de doutorado em Ciências da Comunicação na Unisinos. O **IHU On-Line** reproduziu o

prefácio do livro, escrito pelo Prof. Dr. Pe. Pedro Gilberto Gomes, SJ, pró-reitor acadêmico da Unisinos, na edição número 99, de 3 de maio de 2004.

Ecos do evento

“A proposta dos eventos promovidos pelo Instituto Humanitas tem me possibilitado tomar conhecimento de livros dos mais variados, apresentados por seus autores ou estudiosos abrindo, então, caminhos frutíferos nas minhas caminhadas investigativas enquanto estudante universitário de Psicologia. O livro *Ethicidades televisivas. Sentidos identitários na TV: moldurações homólogas e tensionamentos*, da Prof Dr^a Suzana Kilpp, propõe uma nova perspectiva sobre o olhar pesquisador no ambiente televisivo indo a fundo no sentido subjetivo imaginário representacional aparente, chegando ao âmbito televisivo, analisando detalhes técnicos, seus sentidos que, à primeira análise, passam despercebidos e que estão envolvidos na montagem de imagens e programas. A autora salienta que as investigações anteriores a respeito da televisão esbarraram na própria televisão, não vão além do aparente, representado na tela. E afirma também que a carência de pesquisas que investigam as técnicas, seus efeitos e sentidos no ambiente televisivo têm dificultado a montagem de programas de melhor qualidade ética e estética. Gostaria de mencionar uma nova perspectiva de representar o real trazido pela Dr^a Suzana onde se, para Marx, a realidade concreta se dissolvia em pó, na modernidade ela se liquefaz tornado-se fluxo”.

Emanuel Schwieder, estudante do curso de Psicologia da Unisinos.

“*Sala de Leitura* é uma excelente iniciativa do IHU, uma vez que amplia as possibilidades do debate a partir da produção dos professores e pesquisadores da Unisinos. A professora Suzana Kilpp propõe uma nova metodologia para a análise do televisivo. As categorias que ela apresenta no seu livro, nos incitam a perceber a TV de outro jeito. Além disso, a professora Kilpp conseguiu tornar compreensível conceitos muito específicos para um público tão heterogêneo como o que frequenta a *Sala de Leitura*. O debate que se instalou no final, dinamizado por esses diferentes pontos de vista, evidenciou o interesse pelo tema apresentado”.

Miryan Celaro, professora nas Ciências da Comunicação da Unisinos.

SIMPÓSIO INTERNACIONAL O LUGAR DA TEOLOGIA NA UNIVERSIDADE DO SÉCULO XXI

O Simpósio Internacional *O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI*, que celebra o centenário do nascimento de Karl Rahner, ocorrerá de 24 a 27 de maio próximos. Entre seus objetivos estão os de “refletir teologicamente sobre o desafio representado pelas maiorias pobres e excluídas da modernidade e o papel da Universidade neste contexto” e “aprofundar a reflexão sobre os limites e as possibilidades do lugar da teologia na pós-modernidade e no confronto com as ciências”. Destinado às instituições de ensino superior e às comunidades acadêmicas em geral, o simpósio será composto de conferências, oficinas e minicursos. A conferência inaugural será realizada pelo professor doutor Rubens Ricupero, Secretário Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD). Ele abordará o tema ***A grande transformação socioeconômica da sociedade capitalista pós-***

moderna: desafios e perspectivas, tendo em vista o lugar da universidade e da teologia no século XXI. Entre os conferencistas estão também os professores doutores João Batista Libânio, do Instituto Santo Inácio/MG; John Milbank, da Universidade de Virgínia (EUA); Michael Amaladoss (Índia); David Tracy, da Universidade de Chicago (EUA); e Andrés Torres Queiruga, da Universidade de Santiago de Compostella (Espanha).

As inscrições estão sendo efetuadas pela taxa de R\$ 50,00 para estudantes e R\$ 80,00 para profissionais. Podem ser feitas na Coordenação de Admissão de Matrícula, na Unisinos até o encerramento das vagas, com pagamento no ato, ou via fax até o dia 19 de maio de 2004, enviando a ficha de inscrição e o comprovante de pagamento para o fax (51) 590-8305, e confirmando, em seguida, se seu fax foi recebido pelo fone (51) 591-1122. A vaga somente estará garantida após a confirmação do recebimento do fax. As vagas são limitadas. Será fornecido certificado de participação.

O Simpósio é uma promoção da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, através do Instituto Humanitas Unisinos, e conta com o apoio da Pontifícia Universidade Católica do RS (PUC/RS); Centro Loyola de Fé e Cultura (PUC/RJ); Universidade Católica de Pelotas (UCPel); Escola Superior de Teologia da IECLB (EST); Escola Superior de Teologia e Espiritualidade Franciscana (ESTEF); Centro de Investigação e Ação Social/Instituto Brasileiro do Desenvolvimento (CIAS/IBRADES); Centro de Pesquisas e Apoio aos Trabalhadores (CEPAT); Centro de Espiritualidade Cristo Rei (CECREI); Centro Ecumênico de Evangelização, Capacitação e Assessoria (CECA).

Maiores informações podem ser adquiridas pela linha direta Unisinos (51) 591.1122 ou na Secretaria do Instituto Humanitas Unisinos pelo telefone (51) 590-8474 ou pelos e-mails humanitas@poa.unisinos.br; eventos@unisinos.br, no sítio do IHU www.ihu.unisinos.br ou diretamente no sítio oficial do evento: www.humanas.unisinos.br/simposio/teologia

ATIVIDADES CULTURAIS

O Simpósio Internacional *O Lugar da Teologia na Universidade do Século XXI* também contará com atividades culturais e artísticas. Já na abertura do evento, haverá uma apresentação da Orquestra Unisinos. No entardecer da terça-feira, dia 25 de maio, ocorrerá a encenação do espetáculo *Morte e Vida Severina de João Cabral de Melo Neto*.

A peça é uma montagem da oficina de teatro da Unisinos. Um dos textos mais importantes da Literatura Brasileira, ***Morte e Vida Severina*** é a obra mais conhecida de João Cabral de Mello Neto, devido às montagens teatrais e televisivas. Retrata a trajetória de um sertanejo que abandona o agreste, rumo ao litoral, encontrando, nesta migração, apenas a morte, seja por causa da seca e da subnutrição, seja causada pelos cabras dos coronéis latifundiários.

A montagem reúne 33 participantes da Oficina de Teatro Unisinos, do Movimento Coral Unisinos e do Projeto Sinos Acorda (alunos das classes de flauta e violão). A direção geral é de João Ubiratan Vieira, e a direção musical e os arranjos, de Bontzye Schmidt Sandoval.

No encerramento do Simpósio, haverá uma celebração inter-religiosa, promovida pelo Programa Gestando o Diálogo Inter-religioso e Ecumenismo (GDIREC), do IHU.

Confira a programação completa do evento e agende-se consultando o sítio www.ihu.unisinos.br

IHU REPÓRTER



Simone André Costa

Com apenas 27 anos de idade, Simone Costa é professora nas Ciências Exatas e Tecnológicas e coordenadora do curso de Ciência da Computação na Unisinos. Realizada com a docência, ela valoriza o convívio familiar e aspira, entre seus sonhos, constituir sua própria família. A interação com os alunos e a possibilidade de escutar o que eles esperam da carreira é uma das oportunidades que mais destaca em um coordenador de curso.

Origens – Nasci em Pelotas e morei lá com minha família até 1999. Tenho dois irmãos. Meu irmão mais velho, assim como eu, mora em Porto Alegre e trabalha na Unisinos. Meu irmão mais novo se mudou para cá esse ano e está fazendo mestrado aqui na Unisinos também. Todos na área de informática. Tenho somente dois anos de diferença do meu irmão mais velho e nós dois sempre convivemos muito juntos. Meu pai é agrônomo, e minha mãe é psicóloga. Tudo o que eu sou, devo muito à minha família. Temos que preservar mais a família. A sociedade está perdendo isso.

Formação – Em Pelotas, estudei sempre no mesmo colégio, desde o maternal até o final do Ensino Médio. Foram treze anos no Colégio São José. Isso foi muito interessante, porque alguns colegas do maternal acabaram se formando comigo no segundo grau. Muitos dos amigos que conservo hoje são desta época. Quando saí do colégio, aos 16 anos, não sabia qual carreira seguir. Entrei na faculdade de Agronomia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), talvez influenciada pelo meu pai, e dois meses depois vi que não era esse meu caminho. Então, decidi que queria fazer Matemática. Entrei no curso de Licenciatura em Matemática, novo, na época, na UFPEL, e, paralelamente, iniciei a graduação em Engenharia Civil na Universidade Católica de Pelotas (UCPEL). No decorrer da graduação em Matemática, tive contato com o pessoal da Informática. Quando eu estava no terceiro ano do curso, tanto de Matemática quanto de Engenharia, me dei conta de que eu deveria ter cursado Informática, e não Engenharia paralelo ao curso de Matemática. Inteirei-me com a Informática da UCPEL e passei a fazer alguns projetos com eles. Quando terminei as duas graduações, vim para a UFRGS fazer Mestrado em Ciência da Computação, na interface entre Matemática e Computação.

Profissão – Na mesma semana que defendi minha dissertação na UFRGS, fiz uma entrevista e ingressei na Unisinos como professora. Estou entrando no quarto ano de trabalho na casa. Por um período também dei aulas na UNISC, em Santa Cruz, e nas Faculdades Rio-Grandenses (FARGS). Hoje estou com dedicação exclusiva para a Unisinos. Nunca pensei em ser outra coisa senão professora. A área da informática é muito estimulante, porque ela exerce um papel fundamental no desenvolvimento de toda a sociedade hoje, por tratar questões de praticamente todas as áreas.

Coordenação de curso – Uma das melhores atividades que temos é a interação com o aluno. É muito bom poder contribuir e ouvir o que eles têm a dizer, suas expectativas. Nesse papel

gerencial, nos aproximamos do dia-a-dia do aluno e podemos tentar adequar o que é possível dentro da realidade deles. Isso é maravilhoso. O contato com os alunos é um dos grandes privilégios da coordenação. Só com a atividade em sala de aula, não podemos disponibilizar o tempo com o atendimento que temos na coordenação do curso.

Autor – Carl Jung.

Livro – *A insustentável leveza do ser*, de Milan Kundera.

Filme – The Matrix, de Larry e Andy Wachowski.

Presente – Um livro.

Nas horas livres – Ver filmes, caminhar.

Um sonho – Ser mãe.

Experiência marcante – O intercâmbio que fiz em Valência, na Espanha, durante a faculdade. Passei três meses e meio lá. Fiquei num alojamento onde estavam cerca de trinta alunos, de nacionalidades diferentes. Foi uma ótima experiência de convívio, de relacionamento humano, de aproximação com outras culturas.

Unisinos – Uma universidade séria, que está preocupada com o desenvolvimento do conhecimento e com a formação integral da sociedade. É uma instituição na qual temos orgulho de trabalhar, porque sempre está em busca de algo mais.

IHU – Está bem alinhado com os objetivos da Unisinos. Ele interage com várias áreas do conhecimento e nos propicia uma aproximação com os diversos projetos que estão acontecendo na Universidade e que, muitas vezes, não temos oportunidade de tomar conhecimento.

Sala de Leitura



“Estou lendo *Cartas do Solitário* de Tavares Bastos. A edição original é de 1862, a que eu estou lendo é de 1975, da Editora Nacional. O livro tem 301 páginas. Tavares Bastos foi um intelectual de muito prestígio no Brasil Imperial. Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, por exemplo, identificam nele muitas de suas inspirações. Ele era um garoto prodígio, educado em casa pelo pai professor e juiz. Dominava várias línguas ainda muito cedo e já era conhecedor dos clássicos do pensamento liberal mundial. Também tinha bastante familiaridade com a análise econômica. O livro é uma coletânea de artigos publicados no jornal *Correio Mercantil*, no Rio de Janeiro, entre setembro de 1861 e abril de 1862. Tavares Bastos publicava os artigos com o pseudônimo de ‘O Solitário’. Ele abordou muitos temas, mas seus favoritos eram o livre comércio e o federalismo. Tavares Bastos morreu aos 36 anos, de pneumonia durante uma viagem à França. Seus artigos impressionam pela atualidade e clareza de raciocínio”.

Prof. Dr. Fernando Zanella, graduado, mestre e doutor em Economia e professor nas Ciências Econômicas da Unisinos.



“Estou lendo um romance chamado **Mrs. Dalloway**, escrito pela inglesa Virginia Woolf. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003, 187 páginas, tradução de Mário Quintana. A história do livro se passa durante um dia na vida de uma série de pessoas. Nesse único dia, a autora revela, através dos personagens, sentimentos passados e futuros, que caminham pelas emoções mais profundas da alma. Alguns sentimentos são extremos, outros são minúcias relacionadas ao amor, à amizade, à loucura, ou a pequenos ressentimentos. Escrito em 1925, é uma obra com um estilo ainda atual, pois traz algo moderno que outros romances não trazem. A autora se aprofunda nos sentimentos mais banais do dia-a-dia e mostra o que é a vida. Vale lembrar que o norte-americano Michael Cunningham, movido por sua adoração à autora inglesa, publicou em 1998 o romance **As Horas**, em que retoma o enredo de **Mrs. Dalloway**, escrito por Woolf, e o fragmenta ao longo de um dia, na vida de três personagens: Clarissa Vaughan, uma editora na Nova York dos anos 1990; Laura Brown, dona-de-casa na Los Angeles do pós-guerra; e a própria Virginia, em 1923, quando começava a escrever **Mrs. Dalloway**”.

Prof.ª Dr.ª Gislene Ganade, doutora e pós-doutora em Ecologia e professora de Biologia na Unisinos.



“Estou lendo a obra de Ilka Boaventura Leite, **O Legado do Testamento. A comunidade de Casca em perícia**. Florianópolis: NUER/UFSC, 2002, 326 p. Corria o ano da graça de 1825, na gélida região de Mostardas (RS), quando Quitéria Pereira do Nascimento, viúva do Capitão Mattos, faleceu. No ano seguinte, o seu testamento foi aberto, tornando públicos seus últimos e irrevogáveis desejos, entre eles o futuro de seu plantel de escravos. Em pleno escravismo e sem nem sombra de abolição à vista, Quitéria ditou uma cláusula preciosa: ela alforriou seus 23 escravos e deixou-lhes de herança a Fazenda da Casca, onde viviam, com 2.640 hectares. Este livro, apaixonante e erudito, é a publicação do estudo feito para dar visibilidade às famílias negras ainda hoje ali residentes, após 178 anos do testamento de Quitéria. Pressionados na posse nunca legitimada de suas terras, os atuais moradores mantêm uma memória baseada em um passado comum (“*viemos do sangue dos escravos de Quitéria*”) e ao se *aquilombarem* – “resistindo através da permanência” – conseguiram, a duras custas, o reconhecimento de seus direitos fundiários, baseados no artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais (1988).

Prof. Dr. Paulo Roberto Staudt Moreira, graduado, mestre e doutor em História, e professor do PPG em História na Unisinos.

Cartas do leitor

Ao IHU On-Line

Primeiro, esta é uma mensagem de “festejamentos”. Parabéns pela chegada ao número 100. Esse é um feito relevante. Já vi estudos acerca do número de revistas ou assemelhados que não passam do segundo ou terceiro número. Chegar ao centenário, entre nós, é evento raro. Recordo, quando se celebrava, há pouco mais de um ano, a chegada ao número 50, dizia que não sabia – e ainda não sei porque – nossa simpatia pelos números redondos.

Parece que se gosta menos dos números primos. Quem festeja o 17, o 53 ou o 71? Agora, o IHU On-Line chega mais uma vez em deles, que é inclusive dez vezes a nossa mais usual base de numeração. Há outras possibilidades, como a numeração duodecimal, que torna mais prático o uso da dúzia que o da dezena, mas isso não é assunto para agora, até porque parece

não fazer parte de nosso mundo que aprendeu a contar nos dedos. Chegar ao número 100 é motivo de festejar porque, afinal de contas, gostamos de comemorações — basta ver a imensa badalação com a chegada (antecipada em um ano) do novo milênio que vivemos há alguns anos... que nós, ocidentais, referimos como se fosse algo universal, como se todos os povos seguissem calendários baseados na chamada era cristã. Mas, e por que festejar? Porque a cada semana temos acesso privilegiado a melhor reunião de artigos, entrevistas e resenhas. Duvido quem entre as leitoras e os leitores, se tivesse que escolher, entre as conhecidas revistas semanais brasileiras (Veja, IstoÉ, Época...) e o **IHU On-Line** não optaria por este. Está assim justificada a razão para agradecermos à direção e aos colaboradores do Instituto Humanitas este sumarento boletim que, nas tardes de segundas-feiras, recebemos em nossos computadores. Aqueles de nós, que somos privilegiados ao acesso à primorosa edição em papel, podemos qualificar muito nossas horas de ônibus ou trem, com oportunidades contabilizadas pelo Prof. Funck no n.º 99. Só nos resta torcer para que **IHU On-Line** continue a ser este ícone que hoje marca, de maneira tão significativa, o pensamento daqueles envolvidos com a Unisinos. Mas sempre queremos mais. Não sei, quando se canta loas, se poderia pedir ainda mais. (A)venturo-me fazer. Quando se tem uma coletânea de **IHU On-Line** seja em papel ou em meio eletrônico ou ainda aqueles números que estão no sítio do Instituto Humanitas nos ressentimos da falta de um índice para localizar determinados assuntos. Em que número se falou sobre determinado assunto? Em que data esteve tal entrevistado? Ou quando houve aquela muita bem explicativa nota de rodapé (estas recentemente muito enriquecidas)? Podemos facilmente imaginar que, se houvesse um sistema de busca para os temas e onomásticos, o acervo dos **IHU On-Line** seria ainda mais precioso e os números passados seriam sempre novos. O atual buscador que há em www.ihu.unisinos.br ainda está muito aquém de tudo que há nos boletins. Quisera que, nessa sugestão, pudéssemos ganhar do **IHU On-Line** mais este presente. E, uma vez mais, parabéns pelo centenário e que lá por 2022 se possa cumprimentar pela chegada do milésimo número.

Attico Chassot, Programa de Pós-Graduação em Educação – Unisinos.

Por ocasião da centésima edição do IHU On-line, parablenizo sua equipe editorial pela qualidade desta publicação. A atualidade dos temas tratados, a profundidade com que os mesmos são discutidos e a pluralidade de posições apresentadas fazem do **IHU On-line** uma referência para os interessados na análise de questões contemporâneas de nossa sociedade. A inclusão de entrevistas e depoimentos de professores e funcionários da Unisinos propicia um conhecimento mais abrangente de nossos colegas, e os informes relativos a acontecimentos importantes da Universidade oportunizam uma excelente divulgação do que aqui é realizado. Que a cada novo início de semana possamos seguir tendo a presença de um novo número do **IHU On-line**, contribuindo com nossas reflexões sobre o mundo em que vivemos!

Prof.ª Gelsa Knijnik, professora do PPG em Educação – Unisinos.

EXPEDIENTE:

IHU On-Line é uma publicação semanal do Instituto Humanitas Unisinos – IHU –, da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - Unisinos. Coordenador do IHU: Prof. Dr. Inácio Neutzling (inacio@bage.unisinos.br). Coordenadora Adjunta: Profª MS Vera Regina Schmitz (verasc@poa.unisinos.br). Redação: Inácio Neutzling, Sonia Montañó (soniam@bage.unisinos.br), Pedro Luiz S. Osório (osorio@bage.unisinos.br) Mtb 4579, e Graziela Wolfart (graziela@poa.unisinos.br). Revisão: Profª Mardilê Friedrich Fabre (mardile@centauro.unisinos.br). Consultoria: Agência Experimental de Comunicação (AgexCom). IHU On-Line circula às 2ªs feiras via e-mail e pode ser acessado no sítio www.ihu.unisinos.br. Sua versão impressa circula na Unisinos. Endereço: Av. Unisinos, 950 – São Leopoldo, RS. CEP 93022-000 E-mail: ihuinfo@poa.unisinos.br . Fone: 51 5903333 – Ramais 4121 ou 4128. E-mail do IHU: humanitas@poa.unisinos.br . Ramais: 1173 e 1195.



INSTITUTO
HUMANITAS
UNISINOS